

SESSÕES DO PLENÁRIO

5ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de março de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADA KELLY MAGALHÃES *AD HOC*

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (62)

A Srª PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Invocando a proteção de Deus declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as seguintes matérias:

(Lê) “ *Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar.*

As seguintes matérias: Mensagem nº 4.854/2014, Projetos de Lei nº 20.733/2014, Projeto de Lei nº 20.749/2014, para o Projeto de Lei nº Requerimento de Urgência nº 8.124/2014 para o Projeto de Lei nº 20.758/2014, Requerimento de Urgência nº 8.125/2014, para o Projeto de Lei nº 20.757/2014, Requerimento de Urgência nº 8.126/2014 para o Projeto de Lei nº 20.767/2014 e Requerimento de

Urgência nº 8.127/2014, para o Projeto de Lei nº 20.768/2014, todos de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões”.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Srª Presidente.

A Srª PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Com a palavra o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- É só para ajustar a ordem dos requerimentos de urgência, porque os requerimentos, pela numeração, se eu não me engano quando eu pedi, o deputado Gaban até chamou a atenção, mas é questão de uma correção meramente formal, não tem nenhuma situação.

O Sr. Gaban:- Deputado Zé Neto, eu só solicitei à presidente para dizer se a ordem era aquela que estava sendo anunciada, era até o deputado Marquinho que estava presidindo. A ordem cronológica de votação, até para orientar a Bancada, se era aquela que ele leu, e ele disse – sim, a ordem cronológica é essa. Foi até um questionamento para que eu pudesse orientar a Bancada.

O Sr. Zé Neto:- Eu sei, é só apenas para poder ajustar, porque o primeiro é o Projeto de Lei nº 20.757/2014, que esse faz a estruturação da distribuição, é a regulamentação. A antecipação é o Projeto de Lei nº 20.758/2014, porque essa é a ordem que foi entregue, e parece que no começo da sessão inverteu de 57 para 58.

Então, é só apenas para que prevaleça a ordem: Projeto de Lei nº 20.757/2014; 20.758/2014; 20.767/2014 e 20.768/2014. Seria essa a ordem correta, apenas um ajuste, inclusive em atenção ao questionamento do deputado Gaban. Que seja apenas retificada essa ordem.

Obrigado.

A Srª PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Está retificado.

A Srª PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Não há orador no Pequeno Expediente nem no Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

A Srª PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSL/PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Não há orador, Srª Presidente.

A Srª PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Concedo ao nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Gaban:- Cinco minutos e meio o deputado João Carlos Bacelar e nos cinco minutos e meio restantes o deputado Paulo Azi.

A Srª PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Com a palavra o nobre deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Srª Presidente, Srªs Deputadas, Srs. Deputados, subo à tribuna para fazer um registro, pois há 35 anos, no dia 23 de março de 1879, foi fundado, no bairro de Itapoan, o bloco afro Malê Debalê. O nome do

bloco é uma homenagem à Revolta dos Malês, uma revolta de escravos ocorrida na cidade de Salvador em 1835, um dos grandes movimentos populares da história da Bahia.

O bloco foi criado com duas finalidades, a primeira como alternativa para os negros brincarem o Carnaval. Havia, naquela época, grandes barreiras para que o trabalhador, o afrodescendente, participasse do Carnaval nos blocos tradicionais. E no momento de afirmação do movimento negro na cidade do Salvador, em Itapuã, mais precisamente nas areias de Abaeté, foi fundado este bloco como alternativa para os afrodescendentes.

E a segunda finalidade, o desenvolvimento de ações sociais no bairro de Itapuã. O bloco, hoje, passados esses 35 anos, possui 4 mil integrantes, 150 percussionistas e 19 alas de dança com 1.500 bailarinos. O *New York Times* considerou o bloco afro Malê de Balê o maior balé afro do mundo, com esse conjunto de integrantes. O bloco, por sua beleza plástica, pela sua música, pela sua dança, tem encantado o Brasil e o mundo, e como eu disse já foi, inclusive, objeto de matéria do *New York Times*.

Por diversas vezes o Malê de Balê representou o Brasil em festivais internacionais de dança no México, em Nova Orleans, em várias capitais de países e de cidades de referência mundial. Se o Balê é esta beleza plástica, é esta beleza musical, é esta beleza na área da dança, é esta fonte de afirmação da nossa africanidade, das nossas raízes africanas, o Malê de Balê, honrando o seu nome, honrando os seus ancestrais que participaram daquela revolta em Salvador em 1835, desenvolve também um grande trabalho social.

O Malê de Balê tem convênio com a Universidade Federal da Bahia, mais especificamente com a Escola de dança, permitindo a diversos jovens do bairro de Itapuã, acesso a essa faculdade da Universidade Federal da Bahia, referência nacional e mundial na dança. Desenvolve também atividades na área da educação. É na sede do bloco que se encontra a Escola Municipal Malê de Balê, uma escola que além dos seus conteúdos formais, além do currículo formal das escolas de ensino fundamental, desenvolve ações culturais, desenvolve o esporte, desenvolve a dança.

Tem sido também o Malê o grande defensor na área do meio ambiente, chamando a atenção, primeiro, para o processo de degradação da Lagoa do Abaeté, para o processo de ocupação do uso do solo desordenado em Itapuã, e também desenvolvendo nesta escola uma série de atividades ligadas à defesa do meio ambiente.

O Malê tem na história da Bahia, a sua referência e a sua missão é contar essa história, não apenas na sua oralidade, mas contribuindo com a cultura baiana e utilizando a mesma postura de resistência à dominação que foi a marca dos nossos ancestrais e daqueles que inspiraram na escolha do nome do Malê. Vida longa ao Malê de Balê. Vida longa à cultura africana reinventada na nossa terra e vida longa a todos aqueles que defendem os ideais de liberdade e de combate à discriminação, seja ela que aspecto tomar.

Viva o Malê.

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães): Continua o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Deputado Pedro Tavares, se há pouco eu me referi aqui a um fato que alegra a cidade do Salvador, a Bahia e diria mesmo o Brasil, agora irei me referi a um fato triste. Ontem voltaram a ocorrer invasões de terra no sul da Bahia, mais especificamente na região de Una. Quatro fazendas foram invadidas ontem por supostos índios, desrespeitando decisões já tomadas anteriormente.

O governador do Estado e o ministro da Justiça assumiram o compromisso no ano passado de encontrar uma solução para o problema. Como foi denunciado aqui desta tribuna por mim, pelos deputados Pedro Tavares, Augusto Castro, Ângela Sousa e alguns do Partido dos Trabalhadores, o ministro da Justiça contribuiu para que já tivéssemos na região um acirramento dos conflitos, inclusive com o assassinato de um posseiro que os supostos índios queriam forçar que ele se declarasse índio.

Com essas últimas invasões no município de Una, é um desrespeito ao Exército Brasileiro. O ministro da Justiça retirou a Força Nacional e a Polícia Federal da região de Buerarema e Una. Pois bem, tendo em vista o acirramento dos conflitos, os assassinatos, o aumento da violência, o clima de guerra civil que vivem os municípios de Una e Buerarema, o governador Jaques Wagner e o ministro da Justiça solicitaram e enviaram as tropas do Exército para aquela região. O que infelizmente não contribuiu para nada, porque o Exército está sendo desmoralizado na região de Una e Buerarema.

Tudo isso culpa da política da Funai, da política de se declarar qualquer pessoa como índio. Essa é a política da Funai no País. Basta que a pessoa declare numa delegacia da Funai que é índio, que a Funai a considera como indígena. É uma política, uma partidarização, o acirramento do conflito que tendências do PT que dominam a Funai estão criando em todo o Brasil.

Para que tenhamos uma visão do quadro, no último censo, deputado Deraldo Damasceno, as etnias indígenas cresceram no Brasil mais de 35%. Não há fertilidade, deputada Maria Luiza, que justifique o crescimento de uma etnia com esse percentual que a Funai e o CIMI vêm fazendo no Brasil. É a importação de modelos de conflitos étnicos existentes em outros países que a Funai traz para o Brasil. É a política de etnização que a Funai defende e tem feito neste país que está levando à situação que está ocorrendo em Una e Buerarema.

Ficam aqui, mais uma vez, o nosso protesto e o nosso aviso às autoridades da Bahia, principalmente para o Sr. Governador que se responsabilizou, deputada Ângela, em resolver o conflito desde o ano passado. Mas, infelizmente, a intervenção do Sr. Governador só tem feito aumentar o conflito na região.

O governador, infelizmente, junto com o ministro da Justiça, curva-se à força e à pressão de tendências do Partido dos Trabalhadores que quer implantar o conflito étnico na região sem existir. Não há índios na região.

Pareceres da própria antropóloga da Funai, anteriores ao momento em que foi contratada, dizem que naquela região não há índios. E agora, infelizmente, Sr^a

Presidente, com o incentivo da Funai, temos na região de Buerarema a instalação de um conflito étnico.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Srª PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Não há orador.

A Srª PRESIDENTE(Kelly Magalhães):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria, ou ao Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pedro Tavares:- Por 5 minutos, falará o deputado Coronel Gilberto Santana e, no restante do tempo, o deputado Luciano Simões.

A Srª PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Com a palavra o deputado Coronel Gilberto Santana.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Srª Presidente, demais deputados presentes, realmente, a sessão hoje vai ter um pouco de debates, até porque sabemos que o governo continua a enviar projetos para esta Casa de interesses que não são dos baianos, que não são da Bahia, mas particulares e que deixam esta Casa e, com certeza, os baianos tristes.

Deveriam ser trazidos para esta Casa projetos com mais relevância, com mais importância como é o caso do aumento do funcionalismo. E o governo manda para esta Casa uma proposta com um valor inferior a inflação. Foi colocada pela presidente Dilma a correção salarial de 6.7, 6.8, e esse governo envia para esta Casa a correção de 5.9 para ser paga em parcelas. É uma brincadeira se pagar agora o reajuste de 2% e deixar para setembro 3.9.

Com isso, vemos o quanto esse governo se preocupa com o funcionalismo e como ele usa a matemática, usa os números, para burlar a consciência do povo. Leva para a imprensa, para a mídia, a multiplicação matemática que ele faz, mas, na realidade, só faz esconder aquilo que é real. Para a Polícia Militar, principalmente a gratificação que o policial recebe, a GAP, ele retira um valor daquela GAP, põe no salário, dá um aumento inexpressivo e depois diz que o policial ganhou 50% de aumento. É uma matemática que ele faz desde o primeiro governo dele, em 2007. E, até hoje, tem dito que foi o maior governador da Bahia e que deu o maior índice salarial ao funcionário público do Estado.

Eu gostaria que ele fosse mais transparente, que não incluísse essa gratificação que é tirada de um lado para outro. Se um policial, por exemplo, ganhar 1000 reais de GAP e mais 700 reais de salário. Ele tira da GAP 50 reais ou 100 e coloca no salário e fica a mesma coisa, baixa da GAP e fala que aumentou o salário. Ficamos tristes porque é exatamente dessa forma que o governo engana todos nós, os aliados, os partidos da sua base, os seus amigos. A mídia está falando que Carlos Lupi ligou para ele para saber os critérios que seriam adotados para decidir o candidato a vice. A imprensa noticiou que ele disse que nem havia criado os critérios ainda, mas já estava

decidido quem seria o vice. Para burlar, realmente, a confiança, a amizade, a postura dos partidos que estão na sua base agindo com sinceridade.

E uma das vítimas foi o nosso amigo, o deputado Marcelo Nilo, que acreditou nessa sua palavra de democrata, republicano, homem de palavra, homem sério. O deputado Zé Neto avaliza tudo que ele diz e, depois, fica envergonhado e vermelho, porque não sabe como explicar o dito e não realizado. Às vezes, fica sem palavras para dizer por que o governador não cumpriu.

Todos os dias vemos empréstimos, antecipação de receita, solicitação para buscar novos empréstimos. E vemos as estradas da Bahia acabadas, as escolas com dificuldades, os professores recebendo mal, sem reconhecimento, e as ONG's enriquecendo, desviando recursos para essas ONG's. Nós sabemos como é absurda a forma como esse dinheiro é direcionado para as ONG's. Quem pode bem explicar essa situação é o nosso amigo, o deputado Luciano Simões, que cuida desses repasses, observa sempre e vê ONG's que recebem bilhões e não vemos a aplicabilidade desses recursos. Dizem até que estão fazendo treinamento de mão de obra do trabalhador rural. É uma coisa que vemos que não tem nexos, uma ONG dentro de uma área urbana fazer treinamento para trabalho rural. Uma ONG que não tinha estrutura nenhuma, nem sala de aula, nem cadeira, não tinha qualificação nenhuma, mas os recursos são repassados de uma forma que não sabemos o porquê.

Enquanto isso encontramos a saúde do Estado precária, a polícia passando dificuldades, o funcionalismo público não reconhecido pelo seu trabalho. Só encontramos promessas, como ele falou na campanha passada que ia pagar a URV, ia valorizar o funcionalismo público, ia dar o que eles precisavam. Recordo-me da greve passada quando Mário Kertész colocava uma gravação que fez com o governador Wagner, quando era deputado, criticando César Borges e dizendo que ele era muito ingrato, escuro, e que não dava valor ao policial que estava expondo sua vida no dia a dia. Naquele passado, ele queria defender os policiais reconhecendo um salário justo, nessa greve em que estava como governador, fez uma inversão total daquilo que dizia.

É difícil entender um governo que diz que é republicano, democrático, mas o que falta nele é palavra. E essa falta de palavra, realmente, machuca todo o funcionalismo. Tenho certeza que, em outubro, ele terá a resposta que merece.

Vemos o descaso que há nesse governo. As prestações de contas que os deputados aprovam aqui sem sequer uma verificação. Fazemos, muitas vezes, emendas para favorecer áreas que estão precárias, como foi feito na PEC para direcionar recursos para a segurança pública. E o governo bloqueou qualquer emenda que fosse feita para a segurança pública, que eram, realmente, de grande valia. Aí digo a V.Ex^{as}, para que esse dinheiro se o governo já injetava no Funprev para manter o seu equilíbrio financeiro? Todo recurso antecipado aos governos que vêm vai ser lançado no Funprev e mais alguma outra coisa. Não incluiu a segurança pública. E o dinheiro que vai sobrar, que ele lançava no passado, vai botar aonde agora? Vai fazer o que com esses recursos? Porque não vemos grandes obras nesse governo, só vemos pequenas realizações, obras inexpressivas. As grandes cidades do Estado da Bahia,

como Feira de Santana, Itabuna, Ilhéus, Teixeira, Juazeiro, não vêem obras desse governo. Se existe um hospital em Juazeiro, ele diz que construiu. Um hospital que já estava lá pronto e só faltava inaugurar. Se é em Santo Antônio de Jesus está sendo construído um hospital há mais de 10 ou 15 anos. Ele veio inaugurar e disse que foi ele quem fez. Vemos ele pregar ser o pai das obras no dia a dia e dizer que realizou instalações. Na verdade, isso não aconteceu.

É preciso que o povo baiano saiba realmente e o povo da Bahia sabe disso com certeza, porque não é possível acontecer. Vejam, quem vive em sua cidade enxerga que este governo nada tem feito para progredir e para ampliar as condições que o município precisa, quais sejam, buscar a sua independência e prioridades de receita.

Surgiu uma fábrica da *Jac Motors* que poderia ser colocada no interior da Bahia, melhor, em uma região que precisa se desenvolver.

A deputada falou, aqui, que o governo passado lançou tudo na Região Metropolitana e, por isso, a violência é muito grande na Região Metropolitana.

Por que não levou para outras regiões que estão precisando de repasse de recurso, de geração de emprego e de impostos?

Mas tudo é colocado em Camaçari como ele criticava no passado e volta a fazer.

Para a *Ford* vir à Bahia, o deputado, à época era federal, votou contra e, hoje, prega como se fosse o salvador da pátria. Hoje, é como se ele tivesse trazido aquela fábrica para cá, que deu força, apoiou e incentivou. Todos sabem que eles foram contra. A decisão do PT era para não deixar a fábrica vir à Bahia. À época, Antônio Carlos Magalhães juntamente com políticos de importância no País lutaram e trouxeram esta fábrica para a Bahia. Hoje, eles dizem que foram eles que trouxeram.

Ficamos tristes, porque são 8 anos de governo com pequenas realizações. O povo está a sofrer com a falta de segurança. Foi feita uma pesquisa com relação à violência. São Paulo está com o mesmo índice de violência que a Bahia. É um absurdo! O Rio de Janeiro não está.

Na prática, este tema, aqui, é intocado e escondido, porque a mídia não divulga a verdade. O governo investe uma fortuna em cima da mídia para não mostrar a transparência do governo. Assim, sufocam-se os radialistas e os proprietários de empresas de comunicação para não levar ao povo baiano a transparência do seu governo que é o caos, a tristeza, o desespero que o povo vive aqui, porque nada é realizado na segurança pública.

Eles inventam. Dá-se uma base de segurança que não funciona nada. Locam-se carros por uma fortuna. É um absurdo! Se se criasse uma CPI, veria isso. O que há na Petrobras hoje está havendo aqui na Bahia com a locação de carros. Se se fosse verificar a fortuna gasta com a locação de carros neste Estado, dava para comprar uma frota a cada 3 meses. Com os recursos que se paga de aluguel de veículos, o governo, com certeza, a cada três meses, venderia aquela frota e compraria outra.

Isso é aí um absurdo!

Conclamo os deputados amigos, não só os do PT que gostam da transparência, da seriedade – pelo menos sei, muitos querem isso –, a abrir uma CPI, abrir esta

caixa-preta da locação desses carros, porque isso é um absurdo e é falta de respeito para com a Bahia. Ao invés de agregar patrimônio ao seu Estado, leva-se dinheiro para fora ao alugar carros por valores astronômicos, valores que não são compatíveis para um Estado que precisa investir em outras áreas como em segurança pública, saúde e educação.

A área social também está aí. Os centros sociais urbanos estão abandonados. Foi feito um projeto do governo passado. Parece-me que o projeto foi de João Durval. Tais centros estão abandonados. Seriam centros de treinamentos para qualificar pessoas como cabeleireiros, manicures e muitas coisas mais.

O que ocorre? O governo abandonou todos os centros sociais urbanos. Está um absurdo em Itabuna, Coaraci, Ilhéus, onde estão, totalmente, destruídos os centros sociais urbanos.

O governo fica a dizer que está trabalhando. Em que área está trabalhando? Trabalha em fazer política, barganha, trocando algumas obras por voto, ONGs recebendo dinheiro por voto.

Tenho certeza de que a Bahia mudará em 2014.

Em 2015, teremos um governador sério, transparente, trabalhador que fará esta Bahia crescer. Não ficará envergonhado com outros estados do Nordeste, não, porque a Bahia perde para muitos estados do Nordeste hoje.

A Bahia crescerá.

Espero em Deus que tenhamos um governo no qual possamos apoiar para destruir e afastar este governo inútil que está em nossa Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PSC/PV/PR/PRB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Não há orador, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Não há orador, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Gaban:- Falarei por 5 minutos e o deputado Elmar Nascimento falará pelos 5 minutos restantes.

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Com a palavra o nobre deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr^a Presidente, já falei e repetirei. Não gosto de falar com o Plenário vazio. A Bancada do governo terá de me ouvir falar sobre o reajuste que o

governo não deu aos vencimentos do funcionários públicos este ano. Dizem que há um projeto tramitando aqui. Isso é mentira.

Em Barreiras, V.Ex^a não dirá para os servidores públicos que 2% serão pagos em abril em cima de seus vencimentos, pois a própria inflação deste ano vai corroer este reajuste. Quanto a isso, V.Ex^a não defenderá. Não há projeto do governo do Estado para reajustar os vencimentos dos servidores públicos estaduais.

O deputado Marcelino está concentrado. (Risos) Gosto de te ver concentrado e não relaxado quando entrou no clima naquela hora dizendo que a gente iria fazer um pronunciamento, como sempre, importantíssimo para a Nação. E o fez. V.Ex^a viu.

Sr^a Presidente, para que os deputados da Bancada do governo possam ouvir aqui, mais uma vez, que o governador se esqueceu de mandar o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos, faço este pedido de questão de ordem.

A EBDA já está em greve e antecipando o que acontecerá.

O deputado Zé Neto estava puxando todos os cabelos hoje, porque alguns sindicalistas já o procuraram. Rapaz, não dá para segurar! Como segurar o governo mandando 2% de reajuste para os vencimentos?

Estão arriscados, até, a perder o cargo de presidente de sindicato. Já estão preocupados, porque as diversas categorias, mesmo não tendo a coordenação que deveria ser dos presidentes dos sindicatos, já estão se mobilizando. A coisa está ficando feia. Há já uma assembleia da Polícia Militar para o dia 15. Não há, ainda, reajuste salarial. Não há a probabilidade de pagamento da URV ainda previsto. Não há um plano de cargos e salários ou um plano de reestruturação da nossa Polícia Militar.

Então, o governo está brincando?

Estou cumprindo o meu papel de alertar. Não quero ver o Estado parar, porque se isso acontecer, serão prejudicados aqueles que precisam de hospital público; serão prejudicados aqueles alunos que já o foram através de uma greve recorde nacional, na Bahia, de 115 dias de paralisação. Não quero que isso repita. E muito menos não quero que se repita a greve da Polícia Militar.

O momento é o de vir aqui para debater ou fazer como o deputado Rosemberg Pinto. Eu falei alguma coisa sobre a Petrobras. V.Ex^a fez um discurso vibrante acreditando no que está falando. Assomei à tribuna. V.Ex^a pediu um aparte e concedi o aparte. Debatermos. Este é o nosso papel. A isso se chama Parlamento. A palavra “parla” significa conversa, diálogo, discussão. Esta é uma palavra de origem italiana. Debater é o nosso papel.

Nesse sentido, minha cara presidente Kelly, para que os deputados da Base do governo ouçam, mesmo contrariados, que o governo, mais uma vez, não deu reajuste nos vencimentos dos servidores que está envergonhando os deputados, solicito a convocação de meus pares.

V.Ex^a já imaginou chegar ao seu interior? V.Ex^a é vibrante e defensora das coisas corretas. V.Ex^a, no interior, verá os professores, os médicos, a Polícia Militar, as diversas categorias insatisfeitas. V.Ex^a vai enfrentá-los como? Já que é da Base do governo? Em nenhum momento subiu à tribuna para defender um reajuste digno.

Dois por cento a ser concedido em abril, quando a inflação desses quatro primeiros meses já vai dar em torno de 2%, é brincar com o servidor público.

Por isso que peço, minha cara presidente, uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Srs. Presidente

A Sr^a. PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo, para questão de ordem.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre presidente Kelly Magalhães, gostaria de registrar, nas Galerias deste Plenário, lideranças indígenas que nos honram com suas presenças, observando os cara-pálidas se manifestarem na tribuna. Agradeço pela visita que fazem a esta Casa.

Sr^a Presidente, gostaria que fosse zerado o painel, dado o tempo regulamentar de 15 minutos para que possamos convocar todos os deputados que estão nesta Casa, para que compareçam para dar suas presenças. Ali já está o deputado Roberto Carlos, que prontamente atendeu a esta solicitação. Venham a este Plenário para que possamos restituir o quórum e dar continuidade a esta sessão que vem sendo tão importante no dia de hoje, com debates acalorados e importantes para nosso Estado.

Gostaria que a senhora convocasse, desse o tempo regulamentar e zerasse o painel, que ainda não foi zerado.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Solicito que zerem o painel. Peço a todos os deputados para que compareçam e marquem suas presenças para a continuidade da presente sessão. Há um pedido de verificação de quórum.

Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes, no cafezinho, nos corredores, venham todos marcarem suas presenças para darmos continuidade à presente sessão.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes, questão de ordem.

A Sr^a Fátima Nunes:- Presidenta, quero aproveitar esta oportunidade para, mais uma vez, convocar os companheiros, os colegas deputados a adentrarem no Plenário o mais rápido possível e marcarem as suas presenças, para darmos continuidade à sessão.

Sei que muitos já estão subindo a escada, então, falarei rapidamente. Quero dizer que, hoje, nesta terça-feira, eu vim a esta sessão homenageando o povo de Uauá. Vim com a minha camisa verde do Festival do Umbu e com um blazer verde.

Na semana passada, tivemos o grande Festival do Umbu. Essa foi uma grande oportunidade para a Coopercuc apresentar para o mundo – lá tinham representantes de vários Estados – o nosso potencial do Semiárido, o umbu, que, hoje, é transformado em diversos tipos de alimentos, sucos, doces e compotas. Esse festival demonstrou que é possível aproveitar bem aquela fruta, transformando-a em alimento ou vendendo-a para a merenda escolar e para outros mercados, tanto nacional, quanto internacional.

O nosso secretário Dr. Rui Costa esteve presente lá, para homenagear e colocar

no seu plano de governo o potencial do aproveitamento do umbu.

Muito obrigada.

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Há quórum para a continuidade da presente sessão.

Antes de passar a palavra ao nobre deputado Bruno Reis, eu submeto à aprovação do Plenário o requerimento, solicitando, nos termos do artigo 89, parágrafo único, do Regimento Interno, a prorrogação da sessão por 2 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes na Ordem do dia.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr^a presidente

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr^a Presidente, V.Ex^a está submetendo o requerimento à votação?

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Não, o requerimento é para prorrogar a sessão.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sim. É um requerimento para a prorrogação da sessão.

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Sim.

O Sr. Elmar Nascimento:- Eu quero uma verificação de quórum de votação do requerimento.

A Sr^a Fátima Nunes:- Só para prorrogar, deputado?

O Sr. Elmar Nascimento:- Tem que votar! Não está prorrogada automaticamente, por isso tem de votar.

Eu quero uma verificação de quórum de votação.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr^a presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Questão de ordem, deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Deputada, havendo esse pedido de verificação de quórum por parte do deputado Elmar Nascimento, reitero o pedido e solicito que o painel seja zerado, que o tempo regimental de 25 minutos seja marcado e que passemos a convocar os nossos deputados, acionando as campainhas.

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Peço que o painel seja zerado e que o tempo regimental seja marcado.

Convoco todos os deputados da Base, pois precisamos de 32 deputados presentes, neste momento, para marcarem suas presenças.

Há um pedido de verificação de quórum de votação.

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Com o quórum restabelecido, está em votação o requerimento para a prorrogação da sessão por 800 minutos.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento para a prorrogação da sessão, com seis votos contrários.

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Com a palavra o nobre deputado Elmar Nascimento, pelo tempo de 6 minutos.

Em seguida, falará o deputado Bruno Reis.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, imprensa, meu caro deputado Roberto Carlos, membro do Partido Democrático Trabalhista, não sei de que forma me referir, meu caro Roberto Carlos, a esse aumento encaminhado pelo governo do Estado, para ser votado pela Assembleia Legislativa.

Sabemos que a data-base do aumento dos servidores é 1º de janeiro. O governador, depois de passar, praticamente, 3 meses sem enviar o projeto de reajuste, o faz sem ao menos a devida recomposição salarial, ou seja, a recomposição da perda do poder de compra do trabalhador.

Cinicamente, encaminha a esta Casa um projeto de lei que aumenta em 2% o salário do servidor. Aumenta, não, porque o termo certo não é esse, reajusta em 2%, prometendo mais 3 vírgula alguma coisa por cento para o mês de setembro.

Avolumam-se as perdas dos trabalhadores nos últimos anos. E com a mesma desfaçatez com que o governador encaminha um aumento vergonhoso como esse à Assembleia Legislativa, tem imposto sucessivas vezes aos contribuintes baianos, sobretudo os trabalhadores, aumento na conta de água da ordem de 12%, 14% ao ano, comprometendo o poder aquisitivo da renda do trabalhador baiano, sobretudo dos funcionários públicos do Estado da Bahia.

É de admirar que, num contexto deste, nós não estejamos a assistir manifestações dos sindicatos, que deveriam estar aqui, neste instante, lotando as Galerias, a reivindicar um reajuste decente que, no mínimo, garantisse a recomposição salarial dos servidores públicos do Estado da Bahia.

Mas, não, os sindicatos se apequenam, os sindicatos se rebaixam, param numa “mesa da enrolação” do governo, que tem enrolado os trabalhadores, deixando de cumprir os compromissos históricos desse partido que nasceu sob a égide de ser um partido da defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, e passa a ser, a partir de hoje, um verdadeiro verdugo dos trabalhadores brasileiros.

É inadmissível, no contexto que estamos a viver, hoje, de uma economia equilibrada, com uma inflação que tem aumentado dia a dia, sempre na ordem de 7%, que os trabalhadores tenham que conviver sempre no atraso, sem qualquer respeito à data-base, e ainda com repasses muito menores que a inflação.

Até porque a inflação real, a inflação na padaria, no posto de gasolina, nos serviços, é muito maior que a inflação dos índices do governo, que está na ordem de 7%. Ainda assim, o projeto de lei enviado a esta Casa sequer dá para fazer essa recomposição salarial.

O governador fez a campanha para o seu primeiro mandato com o contracheque do servidor público do Estado na mão, a dizer a mesma cantilena de sempre: que o salário dos servidores estavam achatados e que ele ajudaria. Agora, tem a cara de pau, a desfaçatez de enviar a esta Casa um projeto de lei que sequer recompõe as perdas salariais.

É piada dar 2% de aumento aos funcionários públicos do Estado Bahia. E a Oposição não pode reagir de outra forma, mostrando a sua indignação com esse estado de coisas.

Porque, hoje, no Brasil se faz política sem respeito às pessoas. Propaga-se na campanha uma coisa e assume-se compromissos. Devido a esses compromissos assumidos, a população acredita e vota e no candidato a governante. E sem se penitenciar, sem pedir desculpas, sem dizer, em instante algum, que estava errado muda completamente a forma de governar para perseguir os trabalhadores.

Não há perseguição maior. O governo federal aumento o crédito, a pessoa compra carro financiado, moto financiada, bens duráveis financiados, como geladeira, televisão, *freezer*, microondas, troca de casa, assume prestação, reforma sua casa, toma empréstimos consignados, endivida-se, acreditando no governo. E as perdas salariais vão-se acumulando, na ordem de 40% a 50% nos últimos anos, a comprometer completamente a renda do trabalhador.

Portanto, quero, em meu nome e em nome do Bloco da Oposição, mostrar o nosso repúdio, a nossa indignação com essa política salarial do governo, que desrespeita completamente o trabalhador, o servidor público do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Com a palavra o nobre deputado Bruno Reis.

O Sr. BRUNO REIS:- Nobre presidenta, deputada estadual Kelly Magalhães, esta cadeira fez muito bem a V.Ex^a. Tanto que chegou em determinado momento a matar a saudade da Câmara Municipal de Barreiras: decidiu como se presidente fosse.

Nobres deputados e deputadas, meus cumprimentos a todos nas Galerias e aos que nos assistem através da *TV Assembleia*. Este governo, nobre deputado Luciano Simões, adora criar moda. A moda que criou agora é de promover o reajuste dos servidores públicos de forma parcelada.

Nobre deputado Zé Neto, V.Ex^a às vezes vem a esta tribuna através da sua retórica querer convencer no grito de que foi o governo que os prestigiou, mas este é um governo que vai entrar na história da Bahia. E aí tem aquele ditado que diz nunca antes na história da Bahia. O governo Wagner chegou ao seu oitavo ano sem proporcionar aos servidores públicos um aumento real. Nunca houve nestes oito anos um ganho real referente ao reajuste deles. Sempre o governo Wagner o promoveu somente recompondo o índice da inflação.

No ano passado, é verdade, nobre deputada, pode pegar os dados... Desde 2007 o governador só pratica a reposição da inflação do período. E em 2013 ainda resolveu parcelar. Este ano novamente. E o pior é que desde janeiro, a data-base do funcionalismo público, já deveria ter vindo para esta Casa a Mensagem, até porque neste 2014 não tivemos recesso. Estávamos em janeiro trabalhando, mas o projeto só chegou agora no final de março para com certeza ser aprovado aqui na calada da noite, na véspera da Semana Santa. Aí, vai ser mesmo aprovado para os servidores, que estarão naturalmente com as suas famílias e o pensamento voltado para a Semana Santa, não questionarem.

Mas praticar 2% retroativos a janeiro e 3.84% em setembro?! Porque em 2013,

deputado Zé Neto, ainda foi metade do ano um valor e a partir da outra metade se chegou ao valor definitivo. Agora não, só em setembro!

Fico imaginando que botaram setembro por ser o mês que antecede as eleições, porque senão nem os 3.84% eles iriam dar. Aí, chegando o final de setembro e o início de outubro, quando das eleições, o servidor vai ver lá mais 3.84%.

Mas é tão irrisório este aumento! É um aumento que para quem ganha R\$ 1.000,00, se você for para o salário-base, é de apenas R\$ 20,00, nobre deputada Maria Luiza Laudano, de Pojuca. São só R\$ 20,00! Já há uma reação das categorias. Os servidores do Poder Judiciário já vão fazer uma paralisação de 24 horas. Já há reação de servidores da área da Saúde. Os médicos já estão ameaçando paralisar.

Agora, na hora da campanha eleitoral este governo soube ir para a televisão com os contracheques dos servidores prometer. Então, eles do governo criaram uma expectativa. Chegaram ao poder, mas frustraram aqueles que sempre lhes deram as mãos. É por isso que os servidores cantam aquela música que diz “Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão.”

Esse é o hino dos servidores públicos para o governador Jaques Wagner. Ele perdeu e está perdendo no último ano do seu mandato, quando este governo chega de forma melancólica ao fim, a oportunidade de pelo menos fazer um gesto final ao funcionalismo público da Bahia. Ao final dos seus 8 anos, S.Ex^a vai entrar para a história como o pior governador deste Estado para os servidores públicos.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Não há orador.

ORDEM DO DIA

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Ordem do Dia.

O Sr. Paulo Azi:- Presidente, gostaria de solicitar a V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Tem 5 minutos que vocês pediram. Não pode mais, não.

O Sr. Bruno Reis:- Nobre presidente, a senhora que tem o espírito democrático jamais vai recusar um pedido de verificação de quórum pleiteado pela Oposição, até em respeito à sua história de luta. Com toda a deferência, eu solicito a V.Ex^a a verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- V.Ex^a será imediatamente atendido. Com a palavra o nobre deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre deputada Kelly Magalhães, ora exercendo a presidência dos trabalhos, solicito que zere o painel e dê o tempo regulamentar de 15 minutos para que todos os deputados possam comparecer a este Plenário, convocados

também por V.Ex^a. Todos os deputados que estão nos gabinetes, nos corredores, no cafezinho compareçam ao Plenário desta Casa para darem as suas presenças para que possamos restabelecer o funcionamento desta sessão.

A Sr^a PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Solicito a todos os deputados que compareçam ao Plenário e marquem as suas presenças. (Pausa.)

Com o quórum restabelecido, continuamos a presente sessão colocando em discussão única e votação a mensagem nº 4.854/2014, de procedência do Poder Executivo, que versa sobre o veto parcial ao projeto de lei nº 20.506/2013, que dispõe sobre a autorização e regulamentação da venda e o consumo de bebidas alcoólicas em eventos esportivos, estádios e arenas desportivas no Estado da Bahia.

Para discutir...

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, solicito, por favor, que V.Ex^a me informe qual a pauta desta sessão extraordinária.

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Constam aqui, na pauta da sessão extraordinária, assinada por mais de 21 Srs. Deputados, (Lê) “*as seguintes matérias: Mensagem nº 4.854/2014, Projeto de Lei nº 20.733/2014, Projeto de Lei nº 20.749/2014, Requerimento de Urgência nº 8.124/2014, para o Projeto de Lei nº 20.758/2014, Requerimento de Urgência nº 8.125/2014, para o Projeto de Lei nº 20.757/2014, Requerimento de Urgência nº 8.126/2014, para o Projeto de Lei nº 20.767/2014 e Requerimento de Urgência nº 8.127/2014, para o Projeto de Lei nº 20.768/2014, todos de autoria do Poder Executivo.*”

Restituo a presidência agora ao nobre deputado e digno presidente desta Casa, colega Marcelo Nilo.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, fiz uma questão de ordem à nobre deputada Kelly Magalhães para que ela me informasse quais as matérias que constam da pauta da sessão extraordinária. A deputada Kelly citou alguns projetos de lei e alguns requerimentos de urgência.

Gostaria de pedir a V.Ex^a, presidente Marcelo Nilo, se possível, que V.Ex^a me relatasse a que projeto se refere este requerimento, porque, apenas, com o número do requerimento, não tenho condição de identificar quais são os projetos constantes nesta pauta relativos a este requerimento de urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

(Lê) “Requerimento de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 20.758/2014, que autoriza o Poder Executivo a ceder as instituições financeiras públicas créditos decorrentes dos *royalties*, participações especiais e compensações financeiras relacionadas à exploração de petróleo e gás natural, recursos hídricos e minerais.”

Há outro. (Lê) “Requerimento de Urgência que altera o dispositivo da Lei nº 9.281, de 7 de outubro de 2004, que estabelece a distribuição dos recursos financeiros de que trata o art. 204 da Constituição do Estado da Bahia.”

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, quero levantar essa questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Paulo Azi:- Peço a atenção de V.Ex^a.

Sr. Presidente, esta Casa votou, há poucos dias, a PEC que permite que os recursos dos *royalties* sejam utilizados para a capitalização dos Fundos de Pensão. Na realidade, essa PEC, apenas, permitiu que os *royalties* venham a ser utilizados. O que vai regulamentar essa nova instrução da PEC é exatamente um desses projetos que o governo pede a urgência que redefine os percentuais de destinação dos recursos dos *royalties*.

A atual legislação, Sr. Presidente, é a Lei nº 5.281, de 7 de outubro de 2004, e estabelece que 15 a 25% dos recursos serão utilizados em pesquisa mineral, 20 a 30% na geração de energia e 45 a 55% em recursos hídricos.

O governo encaminhou um projeto, que está aí na pauta para votar o requerimento de urgência, que altera essa lei e regulamenta a PEC permitindo que o governo passe a utilizar os recursos do Fundo de Pensão.

Muito bem.

No momento em que o governo coloca uma urgência deste projeto em votação e coloca, ao mesmo tempo, um outro projeto que trata dos *royalties*, que é este, sim, da antecipação, o governo coloca, ao meu entender, uma situação que agride o Regimento da Casa.

Eu vou explicar a V.Ex^a.

Vejam bem, no momento em que são votados os dois pedidos de regime de urgência, os parlamentares só terão direito a um prazo de 24 horas para apresentar as emendas. Ora, se eu quiser apresentar uma emenda ao projeto que trata da antecipação dos *royalties*, tenho de me referir à lei que está vigente na data de hoje que é a Lei nº 5.281, de 7 de outubro de 2004, que não prevê a utilização dos *royalties* para o Fundo de Pensão.

Fico, absolutamente, incapacitado de apresentar emenda a este projeto. Por quê? Porque existe, também, na Casa, objeto de urgência a um outro projeto alterando essa lei. Então vou apresentar emenda para uma lei que está vigente e que também está sendo alterada.

Em meu entender, presidente, é muito claro o assunto. Só posso apresentar emenda para o projeto da antecipação dos *royalties* após alteração desta lei e após ela ser sancionada. Do contrário, apresentarei emendas a uma lei que está vigente e que também está sendo objeto de uma urgência para alterá-la.

Em meu entender, não cabe, absolutamente, o pedido de urgência da antecipação dos *royalties*, porque vou ficar, completamente, inabilitado de utilizar da minha prerrogativa de fazer emenda que será no prazo reduzido de 24 horas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Alguém para contra-argumentar?

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Zé Neto: Sr. Presidente, até entendo que a Oposição faça todas as suas impulsões no ponto de vista da política. Tudo isso é concebível.

Mas, do ponto de vista jurídico, acho que não.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, até entendo que a Oposição faça todas as suas impulsões no ponto de vista da política. Tudo isso é concebível.

Mas, do ponto de vista jurídico, acho que não. Temos, aí, uma sequência de projetos que se elencam. Já fizemos a aprovação da PEC que precisa de regulamentação e que é própria. Inclusive, o debate feito, no início do projeto, era que essas duas medidas caberiam juntas.

E, por uma questão formal da própria exigência do agente financeiro e da própria posição que a norma impõe, achamos mais confortável e mais tranquilo que se fizesse essa divisão, ou seja, que se regulamentasse. De um lado, fizemos a regulamentação com norma própria; do outro lado, fizemos com que tivéssemos, também, autorização para fazermos as contratações financeiras.

Para mim, não tem absolutamente nenhuma situação que possa ferir nem o Regimento da Casa e nem, propriamente, a discussão de mérito.

Nesse caso específico, o Regimento da Casa está totalmente cumprido.

Quanto à questão do mérito, a Oposição pode, até, se insurgir. É com ela lá na frente. Depois das duas normas aprovadas, a Oposição se posiciona.

Mas com relação ao Regimento e qualquer coibição regimental que possa impedir esses dois requerimentos serem votados para que os processos possam ser processados, absolutamente não há nenhum impeditivo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, veja bem, houve, aqui, um caso semelhante a esse projeto no início da votação dos *royalties*. Cheguei, até, a indeferir a questão de ordem do deputado Paulo Azi, salvo engano. Mas o deputado Paulo Rangel fez o contra-argumento. Não tive saída. Tive de deferir.

Então, para manter a coerência, defiro a questão de ordem de V.EX^a, deputado Paulo Azi.

Só se votará a urgência quando for votado e publicado o projeto em tela.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A questão já está decidida

Pois não, pela ordem, o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, nesse aspecto, não é o mesmo assunto. Ali, tínhamos outro assunto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não é o mesmo assunto, mas são casos semelhantes.

O Sr. Zé Neto:- Não são, presidente. São assuntos diferentes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Naquele caso, cheguei, até, a indeferir. O deputado Paulo Rangel contra-argumentou. É uma questão de coerência.

Se eu fizer assim, serei, neste caso, incoerente. Aí, eu não posso.

O Sr. Zé Neto:- Acho que está havendo um prejuízo. Primeiro, naquele

momento, o que tínhamos era a votação da PEC e a votação das matérias ordinárias. Não é o caso aqui, Sr. Presidente.

Quero, inclusive, apelar para o Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não vou colocar para o Plenário por se tratar de questão regimental. Este assunto está encerrado. É questão de coerência. Repito, é questão de coerência.

O Sr. Zé Neto:- Naquele momento, V.Ex^a entendia haver uma emenda constitucional. Aquela emenda, antes de ser aprovada, não poderia, paralelamente, ter a aprovação. São duas normas diferentes.

(O Srs. Marcelo Nilo e Zé Neto discutem ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Este assunto está encerrado.

Vamos para o próximo assunto.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não vou levar para o Plenário, pois isso é questão de coerência. Há um mês, cheguei a indeferir a questão de ordem do deputado Paulo Azi ou Elmar Nascimento. Eu indeferi. O meu querido amigo e deputado Paulo Rangel deu razão à Oposição. Voltei atrás para manter a decisão. O deputado Paulo Rangel me convenceu e tenho de manter a coerência.

(O Sr. Zé Neto manifesta-se fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não preciso embasar, deputado, apenas manter a coerência. Não vou embasar. Isso é desnecessário. O assunto é tão claro.

(O Sr. Zé Neto manifesta-se fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está encerrado este assunto.

Com a palavra, para discutir, o deputado Gaban pelo tempo de até 20 minutos.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Este assunto está encerrado. Tenho de manter a minha coerência.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Um minuto, deputado Gaban.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu concedo a questão de ordem a V.Ex^a. Mas, sobre este assunto, está encerrado. Eu tenho de manter a minha coerência. Eu fui criticado.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, são matérias distintas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado...

O Sr. Zé Neto:- Naquele momento, eu, até, quis chamar à memória. Naquele momento, se tratava de uma matéria constitucional. E naquele mesmo dia tínhamos aqui a PEC que estava sendo votada e as matérias regulamentadoras. V.Ex^a entendeu que, depois de votada a PEC, se...

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem.

O Sr. Zé Neto: (...) buscava alguma regulamentação. Mas está trazendo agora uma nova situação. São duas matérias ordinárias que não se colidem, e V.Ex^a está dizendo que não vão ser votadas as suas urgências.

Até mesmo, deputado Marcelo, a votação das matérias lá adiante, eu inclusive posso discutir com V.Ex^a qual é o momento de votar cada matéria, mas o requerimento de urgência vai me dar condições de votá-las. O senhor me desculpe, tenho de reclamar aqui. Posso votar neste Plenário dois requerimentos de urgência, votar numa segunda, promulgar numa terça e na quinta-feira votar outro. O que não posso é não votar as minhas urgências...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, deputado, como é que V.Ex^a vai votar a urgência se a matéria anterior não está promulgada e está por um tempo rejeitada? Se, por exemplo, o Plenário rejeitar a primeira, a segunda não se pode nem votar, deputado. V.Ex^a já está partindo do princípio de que vai ser aprovado. Eu não posso, ...

O Sr. Zé Neto:- Eu estou votando o requerimento de urgência...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- (...) não posso, deputado. Foi o mesmo caso anterior com um requerimento de urgência. Cheguei até a indeferir. Meu querido amigo deputado Paulo Rangel argumentou e me convenceu...

O Sr. Zé Neto:- Estou votando um requerimento de urgência. É matéria constitucional. Aquela falava da regulamentação de uma matéria constitucional. Hoje não é isso. São matérias do mesmo plano normativo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas hoje como é que vou votar um requerimento...

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento. O último sobre este assunto.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero arguir o Art. 42, § 1º do Regimento Interno, que diz que “*Nenhum Deputado poderá interromper o Presidente ou com ele dialogar*”. Estou vendo o deputado Zé Neto a todo instante interrompendo o presidente da Casa e dialogando, sem trazer qualquer fundamentação jurídica à questão de ordem.

O deputado Paulo Azi fez uma questão de ordem de forma muito clara. Não podemos... O poder e o dever de emendar é uma questão constitucional, acima do Regimento. O poder do deputado, das prerrogativas dele de emendar está acima do Regimento, é constitucional. E não podemos oferecer emenda a uma lei que não existe. Ela primeiro tem de ser votada, sancionada e publicada para existir, e aí a gente vai poder oferecer um novo projeto e emendá-la. É de uma clareza!

Eu argui aqui uma questão de ordem, V.Ex^a tinha indeferido nesse sentido, o deputado Paulo Rangel concordou comigo, e isso foi caso julgado. Ninguém recorreu naquele instante. Não pode todo dia aqui agora... Hoje tem uma composição a Assembleia Legislativa, o Plenário. Se se decide uma questão de ordem num sentido, amanhã a Casa vai ter uma outra composição, vai decidir e desfazer tudo que foi feito no passado?!

Portanto, V.Ex^a decidiu certo, com coerência. Não se pode decidir uma questão de ordem no passado com uma composição e outra sobre o mesmo assunto dizendo que é algo diferente e querer invocar o Plenário para isso.

O Sr. Zé Neto:- Eu acho grave um apelo ao Plenário não ser encaminhado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não vou conceder ao Plenário, deputado, porque isso vai ser uma incoerência. Há 60 ou 40 dias, fui num seguimento do qual o deputado Paulo Rangel me convenceu. Até pedi desculpas aos deputados da Oposição porque indeferi, mas meu amigo deputado Paulo Rangel argumentou comigo corretamente, porque, veja bem, como é que vão ser votadas duas urgências? Consequentemente, os prazos são resumidos para as emendas.

Ora, aí já está partindo do princípio de que o projeto anterior já está votado. E se for rejeitado? Deputado Zé Neto, pelo amor de Deus, V.Ex^a está partindo do princípio de que o projeto já está votado! E se for rejeitado? O outro já está pronto para votar? Pelo amor de Deus!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, o deputado Gaban pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje ouvindo alguns pronunciamentos, inclusive o do deputado que é o Líder do governo, Zé Neto, até acho que o governo está com razão em não dar o reajuste ao servidor público. Concorde, deputado Cacá Leão?

Eu não vejo nenhum servidor público se manifestando nas Galerias desta Casa. Não vejo nenhum servidor público de nenhuma secretaria vir aqui para reivindicar e entender que esses 2%, na hora em que forem concedidos, no final de abril a própria inflação já os corroeu.

Nós estamos, deputado Fabrício, nos últimos 12 meses com uma inflação oficial que já ultrapassou os 6%. Raciocínio rápido: 12 meses e 6%, aproximadamente 0,5% ao mês, E, se o governo só vai conceder 2% de reajuste na folha de abril, porque será no final do próximo mês, serão 4 meses, portanto 2%. Então o índice que o governo for conceder agora em abril, o qual é referente ao ano passado, morreu.

Mas acho que o servidor público está satisfeito. Eu, quando não estou satisfeito com alguma matéria ou qualquer assunto, vou argumentar, me rebelo, falo, discuto, procuro mostrar minha argumentação. E, quando não vejo nenhuma manifestação nem de sindicalista, penso que talvez até tenha cometido um erro com os sindicalistas dizendo que eles estavam confundindo alinhamento político com o PT com representatividade sindical. Isso porque realmente eles não se manifestam. Fazem reuniões nos gabinetes da Liderança do governo. Será que esse é o papel do líder sindical? Reunir-se no gabinete do Líder do governo, Zé Neto, a portas fechadas? O verdadeiro líder sindical se reúne nas assembleias, nas ruas, nas Galerias do Plenário da Assembleia, na Comissão de Fiscalização e Finanças! Por que ninguém se manifesta?! Será porque estão satisfeitos com o salário?

Então acho que não vale mais a pena continuarmos insistindo, com uma única exceção: a Polícia Militar. Ela está mobilizada e deu mais uma trégua ao governo. Espero que ele tenha a maturidade e a responsabilidade necessárias para apresentar a data de pagamento da URV. Espero que o governo, não só com relação à PM mas a todos os servidores públicos, não vá querer negociar o pagamento da URV no final

deste mandato para que nós venhamos a pagá-la ao funcionalismo na nossa administração e ele ainda querer sair como benfeitor.

Não. Se não deu nem der agora a URV, deixe que a partir de janeiro daremos. Vamos cumprir o que o Supremo Tribunal Federal já definiu em setembro. É devido o pagamento da URV. Para que o governo insiste em empurrar com a barriga algo que todos os outros Poderes constituídos do nosso Estado já pagaram? Por que o Legislativo pagou? Por que o Ministério Público pagou? Por que os Tribunais de Contas pagaram, e o Executivo não paga? Não dá para entender. O governo não paga uma coisa que o STF, a última instância da Justiça no nosso País, definiu que é devida! Insiste em empurrar com a barriga esse direito!

Já não deu o reajuste previsto da inflação no ano passado, quando o dividiu, concedendo unicamente apenas uma parte do que era devido a partir de janeiro. Mas neste ano piorou! Dá 2% agora, com a inflação em alta, o restante em setembro, e ninguém reclama! Se não reclamam, é porque estão satisfeitos.

E aí não cabe mais a nossa cobrança, com exceção da Polícia Militar. Em relação à PM, vou continuar cobrando porque a gente não pode permitir que nova greve aconteça por insensibilidade do governo Wagner, que soube utilizar o contracheque do então líder de um dos grandes segmentos da corporação, Prisco, para dizer que o salário do militar no nosso Estado era irrisório e que corrigiria essa distorção, prometendo também pagar a URV. Mas este governo fez o quê?

As promessas do governador Wagner são as mesmas que não são cumpridas, é a promessa de ver a Ferrovia Leste-Oeste nos trilhos esse ano. Que trilhos que esse governador viu? Uma obra do governo federal, em que ele diz que é parceiro do governo federal, Ferrovia Leste-Oeste no trilho. Que trilho? Só se for no trilho de Ondina.

Onde está o Porto Sul? O governo disse que seria realizado até o final de sua administração. Onde está o Porto Sul, governador? Onde está a *JAC Motors*? Teve até festa de instalação do marco para início das obras da *JAC Motors*, uma propaganda exagerada, como tudo que esse governo faz. Faz-se a propaganda, mas não tem realização. Não é à toa que o PSDB entrou com uma representação contra o governo, que está tramitando no Tribunal de Justiça, para que ele demonstre estrada por estrada os 7.500 Km rodados.

Eu me lembro, deputado Zé Neto, que em plena seca, considerada uma das mais perversas dos últimos anos, ainda tinha propaganda do governo Wagner, *Água para Todos*. Só faltou completar, *Água Mineral para Todos*, porque o povo passando sede, uma seca terrível, e o governo dizendo que a *Água é para Todos*, que ninguém mais ia passar sede no interior do nosso Estado.

É esse o governo que agora diz que enviou para a Assembleia uma mensagem de reajuste, deputado Paulo Câmara, até V.Ex^a, se for o defensor do governo, se sente constrangido para vir até aqui. Eu me sentiria como V.Ex^a, até porque ninguém sabe quem vai ser o próximo traído. Primeiro, traiu o funcionalismo público, tudo prometido em campanha, nada realizado; nós tivemos greves dos três segmentos mais importantes para a economia do nosso Estado e para dar tranquilidade à população,

sobretudo a mais carente; greve na Polícia já tivemos, greve na educação, greve na segurança pública.

Agora começa uma greve num segmento importantíssimo, é o primeiro sindicato que entra em greve, a EBDA, prejudicando milhares e milhares de pequenos produtores no nosso estado. Por quê? Insensibilidade do governo Wagner. Excelente na propaganda, excelente no marketing, mas péssimo em realização.

Promete o que não pode cumprir, por isso que incentivou o presidente desta Casa a sair candidato, primeiro a governador, que seria apoiado pelo PT. Eu alertava o presidente: duvido, não se iluda, presidente, várias vezes, até pela amizade que tenho ao presidente Marcelo Nilo, falava com ele como amigo. E ele me dizia: Gaban, você não sabe o relacionamento que eu tenho com o governador Wagner, é um relacionamento pessoal, somos compadres.

Aí vem a rasteira: o governador tira do colete um candidato que foi obrigado a ir justificar que não se considerava um poste. Estou vendo os comentários da maioria dos deputados da Base do governo aqui, que o governador tinha tirado do colete um poste para ser candidato. E o candidato Rui Costa, em detrimento de Sérgio Gabrielli, que V.Ex^a, com muita propriedade, defendeu, deputado Rosemberg, teve que ir para a Imprensa e dizer: não sou um poste, eu tenho opinião própria, eu faço, eu não sei o que, mas teve que justificar. Aí empurraram, o governador empurra e incentiva Marcelo Nilo, nosso presidente, a fazer campanha para vice.

Triste ilusão, dois meses antes, aproximadamente, do anúncio oficial todos nós, da Casa, já sabíamos que o governo tinha definido pelo Partido Popular, sabíamos. E muitos da Base do Governo, inclusive do PT, diziam em *off* : rapaz, até o Partido tiramos do presidente Marcelo Nilo, ele não vai para lugar nenhum. Mas, não tiveram a coragem, a retidão, o companheirismo, não prevaleceu a amizade pessoal para apenas comunicar ao presidente a decisão.

Faz-se um café da manhã, no dia que já estava definida a chapa, fala com o presidente do Partido nacional de que não tinha ainda definido, e de manhã faz um café com o nosso presidente, e à tarde anuncia, oficialmente, o que há dois meses nós sabíamos que era o PP na chapa.

A pergunta que está circulando agora na base do governo, vou torná-la pública: quem será o próximo traído? Em quem o governador vai passar a próxima rasteira? É em V.Ex^a? Não, porque V.Ex^a já está de malas prontas, porque é duro ficar para aguardar mais uma rasteira do Governo.

O deputado Rosemberg já está se cobrindo, fazendo a defesa do Governo. Faça mesmo, porque este Governo você viu o que fez com Marcelo. Mesmo defendendo o Governo, passou a rasteira. Imagine V.Ex^a que, democraticamente, defendia aquele que V.Ex^a achava que era melhor, até por conhecê-lo, trabalharam juntos. Mais do que normal. Mas, cuidado. Comecem a defender o governo porque ele é vingativo. Eu não sei que mágoa é essa que ele tem.

V.Ex^a será muito bem-vindo. Aliás, V.Ex^{as} serão muito bem-vindos. Venham logo, antes que passem uma rasteira em V.Ex^{as}. Vão à bancada, à liderança nacional do partido e mostrem que a Bahia tem que ser diferente. Na Bahia a gente tem que

estar ao lado de quem a gente quer. A gente tem que estar ao lado de quem o povo da Bahia quer e os ventos estão soprando para nós, porque vamos em campanha.

Por isso que não temos pressa. É como aquele velho ditado popular, “Quem tem pressa come frio ou come cru”, dependendo da vontade de cada um. Não temos nenhuma pressa. Estamos observando de camarote as defecções e as traições deste Governo para na hora que anunciarmos a nossa chapa caminharmos para uma vitória.

Eu vou até sugerir aos líderes do nosso grupo para que anunciem, ao invés da chapa, apenas o candidato a governador, porque muita gente está querendo sair, a gente ouve. Os bastidores desta Casa não mentem. Podem aumentar, mas não inventam. Aumentam, mas não inventam. A insatisfação está grande, deputado Zé Neto.

Aliás, V.Ex^a, deputado Zé Neto, é um deputado que eu realmente admiro. Ser líder de um Governo que não cumpre com os compromissos não é fácil. Conter a insatisfação de uma bancada que não tem nada para mostrar nos seus municípios em termos de compromissos e obras realizadas, não é fácil. Deputado Zé Neto, V.Ex^a na liderança deve ter envelhecido uns 30 anos, porque não é brincadeira, não. Abandona a família para ficar aqui dentro.

O Governo assume compromisso, V.Ex^a assume compromisso em nome do Governo e o Governo lhe deixa na mão. E a gente vê o descontrole do Governo, que chega ao ponto de mandar dois projetos com urgência. Como é que pede urgência de uma coisa que ainda não foi votada? Pode não ser favorável a votação, como pode ter... Como temos aqui um veto. Isso é primário. São erros e uma falta de conhecimento do Regimento da Assembleia e da Constituição do nosso Estado que nos assusta. A falta de assessoria do Governo ou até a falta de vontade ou a certeza de que pode tudo, porque tem a maioria.

Até assunto regimental que é claríssimo, além de ser claríssimo o presidente Marcelo Nilo tomou a decisão, há poucos dias atrás, antes do recesso, na mesma linha de raciocínio. Como vamos votar alguma coisa que não está regulamentada, que não está publicada, que não está sancionada, sujeita a não ser apreciada, ou mesmo, se não apreciada, ser rejeitada por esta Casa? Ou, em sendo aprovada ser vetada, como tem este projeto aqui das bebidas em estádios?

Então, são erros primários que o Governo tem cometido, porque tem certeza da impunidade. O grande erro, deputado Zé Neto, é a convicção de que a Maioria pode e faz o que quer, mas não pode fazer o que não está Regimento Interno desta Casa. E é por este motivo que quando um Presidente toma posição neutra, que faz cumprir o que determina o Regimento Interno, V.Ex^{as} queriam passar o trator por cima da Oposição. Não é essa Maioria provisória que o governo ainda tem na Casa, que vai passar por cima do Regimento e da Constituição do Estado. Independentemente de discussões políticas, o respeito entre os parlamentares tem que existir.

Não se pode, quando se contrai mais uma mancada do governo, que apresenta dois projetos de urgência ao mesmo tempo, sem que um deles esteja sequer regulamentado... o que está no Regimento não se sujeita à vontade da Maioria. O Regimento existe desde a época da Ditadura, época em que foi elaborado, aqui na

Casa, é o direito das oposições se manifestarem.

Então falhou feio o governo, com sua prepotência, arrogância e por saber que a Maioria passa por cima da Minoria. Não é assim. Não pode ser assim, a democracia não se faz dessa forma.

Agora, entrando objetivamente nesse veto, tenho que mostrar o meu parecer a respeito disso. Primeiro, não sou só contrário ao veto. Sou contra o projeto. O governador Jaques Wagner poderia ter tido um pouco de sensibilidade... onde a Bahia, em números reais, não por 100 mil habitantes, mas no real, em número de população, é o maior número de homicídios do Brasil. Na vinculação que houve agora é a décima terceira cidade mais violenta do mundo. Décima terceira, feliz coincidência: treze. Treze é o número que Salvador ocupa como recordista mundial entre as cidades mais violentas do País, minha querida presidente. É a décima terceira capital mais violenta do mundo!

Olha o fim que o treze está nos deixando, olha a coincidência. Nada acontece por acaso. Treze é o número da discórdia, é o número da tristeza, é o número de amedrontar. É o que o PT está fazendo com essa administração, amedrontando o povo da Bahia. Deixando-nos no número treze dentre as capitais mais violentas do mundo. Isso é o que nos espera.

Imagino V.Ex^a a dificuldade que tem como grande orador, pregador, falar na sua igreja. É difícil ver tantas mães lamentando, filhos, pais, parentes, sendo assassinados diuturnamente e o governo da Bahia não dá respostas. A resposta que o governo da Bahia dá é pegar o Orçamento da Segurança Pública para 2014 e deixa com menos recursos ainda que em 2013. Fazendo com que os parlamentares retirem a assinatura de um documento, de uma emenda que possibilitaria se algum governador, no futuro, quisesse utilizar os recursos dos *royalties* para a Segurança Pública. Para não ocorrer o que este governo está fazendo, dizendo que não tem dinheiro para a Segurança Pública. Não tem para a Segurança Pública, mas tem para os apadrinhamentos. Para colocar os que têm ficha partidária para ocupar cargo de confiança no governo. Tanto é que a Bahia infelizmente é o primeiro Estado do Nordeste em números de cargos de confiança. O segundo do Brasil em números de cargos de confiança. E a décima terceira, número treze, o número que arrasou com a Bahia, é o número que a Bahia ocupa no cenário mundial. É a décima terceira cidade mais violenta do mundo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Para discutir a mensagem de veto o deputado Luciano Simões pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, neste momento, o Poder Executivo envia o veto parcial ao projeto de lei 20.506/2013, que dispõe sobre a autorização e regulamentação da venda e o consumo de bebidas alcoólicas em eventos esportivos, estádios e arenas desportivas no Estado da Bahia.

O veto apostado pelo Executivo foi de forma parcial. No nosso entendimento, o

Poder Executivo tem toda razão porque o projeto com o veto fica com a sua constitucionalidade preservada. A Procuradoria do Estado, no caso, tem toda a razão no momento em que abre a venda de bebidas alcoólicas não para determinado percentual de nível alcoólico e, sim, abrangendo todas as bebidas, democratizando assim o comércio de bebidas nos estádios e nas arenas.

Mas, Sr^a Presidente, Srs. Deputados, eu conversava, há pouco, com alguns deputados governistas e também da Oposição que precisava haver, deputado Marcelino, a manifestação dos sindicalistas que representam os servidores públicos estaduais, porque o aumento enviado pelo governador do Estado reajustando os vencimentos, subsídios, soldos e gratificações, sequer, deputado Paulo Azi, é uma reposição salarial.

No primeiro tempo, o governador concede o reajuste de 2% retroativo a janeiro de 2014. Deputados Delegado Deraldo Damasceno, Adolfo Menezes e Vando que são servidores públicos... V.Ex^a deputado Vando se deputado não fosse, o seu salário de professor de R\$ 1.000,00 seria acrescido pelo aumento do governador de R\$ 20,00. Como se aproxima da Copa do Mundo, V.Ex^a não teria dinheiro para comprar o Fuleco, aquele tatu-bola da Copa do Mundo que custa nas Lojas Americanas R\$ 45,00. Então V.Ex^a se professor fosse não poderia adquirir o Fuleco e levá-lo para os jogos da Copa do Mundo. Porque os outros 3,8%, deputado Deraldo Damasceno, só sairão em setembro, já próximo às eleições. Daqui para lá, esses 3% que vão se incorporar ao salário do servidor público que recebe em tese R\$ 1.000,00, os 30 reais, serão dados de acordo com o projeto de lei encaminhado pelo atual governador, no mês de setembro, nas proximidades das eleições estaduais.

É um caso que eu não sei se a Bancada da Oposição tem razão, ou não tem razão, ou se é o governador, deputado Bruno Reis, que realmente está com a razão, porque até o presente momento a mensagem já foi divulgada pelos *blog's*, divulgada pela imprensa falada, escrita e televisionada e, até o presente momento, não houve qualquer manifestação, deputada Maria Luiza, dos sindicatos que representam as diversas categorias que compõem os servidores públicos.

Então, por enquanto, não tenho crítica nenhuma a fazer à Mensagem do governador. Apenas mostrar que os 2% em um salário de mil reais correspondem a R\$20,00. E o servidor público que recebe R\$1.000,00 não terá condições, com esse aumento, de comprar o tatu-bola, o fuleco, que custa R\$45,00. Vamos aguardar que as entidades que representam os servidores públicos do Estado da Bahia possam se manifestar, possam trazer esclarecimentos quanto a essa Mensagem que, hoje, se encontra na Assembleia Legislativa prestes a receber pareceres para sua discussão.

É, realmente, muito difícil entender como o funcionalismo vai se posicionar. Dois por cento, repito, deputada Maria Luiza, num salário de R\$1.000,00 significam R\$20,00. Vamos aguardar que as entidades organizadas, representantes do Ministério Público, tenham a palavra e façam a sua manifestação junto aos órgãos de imprensa e aos demais servidores públicos que representam.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana para discutir a Mensagem de Veto pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, venho a tribuna nesta noite para dar o depoimento de uma situação que os baianos vêm vivendo. Na semana que passou, fizemos uma reunião na Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo deputado Leur Lomanto Junior, onde tivemos a presença de um ambientalista. Logo após esse ambientalista sair da Comissão de Meio Ambiente, ele sofreu um assalto. Não se sabe ainda o que foi, realmente, que aconteceu com o ambientalista Ivo Bacana que esteve, na quarta passada, na Comissão de Meio Ambiente desta Assembleia.

Na sexta-feira, o deputado Leur Lomanto Junior, que preside a Comissão de Meio Ambiente, esteve junto com os demais membros da comissão com o secretário de Segurança Pública. Tenho certeza que esse caso está sendo apurado pela secretaria assim como tantos outros casos de violência que acontecem no Estado da Bahia, e que colocaram a nossa capital como a 13^a cidade mais violenta do mundo.

E a melhor para se viver, diz aqui o nobre deputado Rosemberg Pinto. Realmente, o prefeito ACM Neto vem transformando a capital baiana numa grande cidade. É pena que o governo do Estado da Bahia não faz a sua parte e não garante aos soteropolitanos a segurança que é necessária para se viver numa cidade como Salvador. Recebeu o prêmio da 13^a cidade mais violenta do mundo.

Esse final de semana, deputado Augusto Castro, estive em dois municípios: Boa Vista do Tupim e Uauá, participando da festa do umbu. Em Boa Vista do Tupim, a delegacia está há alguns anos fechada; em Uauá, há sete anos não há delegado. E mais de 150 cidades do Estado da Bahia fazendo a mesma solicitação. Já disse aqui em outro pronunciamento que temos um secretário de Segurança Pública competente. Temos, sim. Temos um secretário de carreira que, sem sombra de dúvida, possui qualificações para ocupar o cargo, para ser o maior chefe da segurança do Estado da Bahia, mas, infelizmente, não dispõe da estrutura necessária para cuidar da segurança do Estado da Bahia.

Infelizmente, o atual governo do Estado prefere investir em propaganda a investir na segurança do povo da Bahia. Infelizmente, somos obrigados a ouvir manchetes como a que ouvimos esta semana, colocando Salvador como a 13^a cidade mais violenta do mundo.

Acabo de receber aqui um documento que coloca:

(Lê) “Salvador é a 13^a cidade mais violenta do mundo segundo levantamento elaborado pela ONG mexicana Conselho Cidadão para Segurança Pública e Justiça Penal AC.

Salvador e sua Região Metropolitana apresentam um índice de 57,51 homicídios por 100 mil habitantes, considerado alarmante pelos estudiosos. O *Fantástico*, da *Rede Globo*, deu destaque à pesquisa, mas com ênfase nas cidades de Maceió e Fortaleza.”

É essa a triste realidade que encontramos no Estado, especificamente em Salvador. Infelizmente, esse cenário está espalhado pelo interior da Bahia.

Estava, aqui, deputado Augusto Castro, a falar que estive na Festa do Umbu do Município de Uauá, onde também estava o pré-candidato ao governo do Estado e alguns deputados do PT, que ouviram da população de Uauá, praticamente implorando, a mesma solicitação, um pedido de socorro.

O pré-candidato ao governo do Estado estava lá, a ouvir a população, deputado Roberto Carlos, V.Ex^a que tão bem representa o Norte da Bahia, que esteve em Juazeiro, naquela reunião feita pelo governo do Estado para apresentar seu pré-candidato a governador da Bahia ao Norte do Estado. Foi aquele constrangimento por parte dos políticos que lá se encontravam.

V.Ex^a vai concordar comigo, porque eu já disse aqui que a atual campanha do pré-candidato do Partido dos Trabalhadores ao governo do Estado da Bahia começou com o pé esquerdo. Não começou com o pé esquerdo por que começou na Cidade de Juazeiro. Se fosse só isso, teria começado com o pé direito. Mas começou com o pé esquerdo porque quem deu o *start* foi o atual prefeito da cidade. E V.Ex^a sabe que a rejeição dele no Município de Juazeiro ultrapassa os 60%. É verdade ou não, deputado Roberto Carlos?

Pude observar, nas cenas que vi, o constrangimento que V.Ex^a passou em ter que subir naquele palanque. V.Ex^a, que é um deputado que tem tanto serviço prestado àquela região, teve que subir e ficar ao lado do prefeito do município, que V.Ex^a sabe que não tem a aprovação do juazeirense.

Tenho certeza, já afirmei aqui, de que começou com pé esquerdo. Infelizmente, V.Ex^a não poderá se manifestar sobre esse assunto. Entendo e respeito que V.Ex^a faz parte de um partido que é da Base aliada, mas pude perceber o constrangimento.

V.Ex^a, depois que saiu de lá, com certeza, foi fazer reuniões, como é de costume, com os amigos, seus aliados de Juazeiro, e deve ter ouvido as mesmas palavras que lhe digo agora.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concedo o aparte ao deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre deputado Adolfo Viana, agradeço a V.Ex^a pelo aparte.

Não poderia deixar de adentrar ao seu pronunciamento para tecer breves comentários com relação ao episódio do assassinato do ambientalista Ivo Barreto, também conhecido como Ivo “Bacana”.

V.Ex^a, como eu e outros parlamentares da Comissão de Meio Ambiente, presenciamos sua vinda à comissão, quando fez o relato da sua vida como ambientalista, da sua história, das suas defesas e, principalmente, apresentou graves denúncias envolvendo a empresa Millenium, hoje, Indústria Cristal, e questionava a renovação da licença ambiental que foi concedida pelo órgão estadual. Segundo ele, o questionamento se devia a supostos danos ambientais que estariam sendo cometidos pela Indústria Cristal.

Realmente, foi um crime que chocou a todos nós, pois ele saiu da comissão às 11 horas e às 14 horas foi assassinado com quatro tiros na cabeça. Sem sombra de dúvida, esse fato nos chama a atenção.

A Comissão de Meio Ambiente foi ao secretário da Segurança Pública, na sexta-feira passada, para cobrar informações e esclarecimentos sobre esse episódio. O secretário nos garantiu que agirá com a maior rapidez possível. Estavam presentes nessa audiência o coordenador e o diretor de Homicídios da Polícia Civil, confirmando o interesse de, o mais rapidamente possível, a polícia elucidar esse acontecimento e trazer os culpados, para que possam ser punidos.

Quero reiterar que teremos na reunião da Comissão de Meio Ambiente amanhã, como foi aprovado na semana passada, a discussão de uma audiência pública justamente para tratar desse tema. Amanhã será importante para que possamos marcar a data da audiência em que traremos os representantes da Millenium, do Ministério Público e dos órgãos ambientais do Estado para que sejam esclarecidas, até em homenagem ao Ivo Barreto, todas aquelas dúvidas nos questionamentos que ele colocou na comissão.

Também quero adiantar que já entrei em contato com a Polícia Civil e o diretor de Fiscalização para encaminhar a transcrição de todo o depoimento de Ivo para a polícia, assim como o questionário que ele entregou à comissão, para que, de qualquer sorte, contribua nas investigações.

Gostaria de parabenizar a V.Ex^a pelo seu pronunciamento e dizer que contamos com sua ajuda na comissão para continuarmos realizando o nosso trabalho de defender os interesses do meio ambiente em nosso Estado.

Parabéns! Muito obrigado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço a V.Ex^a e incorporo o seu aparte, deputado Leur Lomanto Junior.

Também fico no aguardo e na expectativa de que a Polícia Civil, através do secretário, possa prender logo os responsáveis por esse crime.

Deputado Leur Lomanto, quero a atenção de V.Ex^a. Fizemos um convite ao secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia e ele, de forma muito desatenciosa com esta Casa e a Comissão de Meio Ambiente, disse que só poderia vir à comissão daqui a 30 dias. Acho isso uma falta de atenção grande com a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Espero que V.Ex^a, presidindo essa comissão, aprove novamente o convite amanhã. E espero que dessa vez o secretário de Meio Ambiente não só se faça presente como também traga os responsáveis pelas liberações das licenças, tanto a da empresa Millenium quanto a da Sustentare, o que foi discutido bastante na comissão.

Quero deixar registrado aqui que, no entendimento do deputado Adolfo Viana, o secretário e seus técnicos faltam com a atenção a esta Casa Legislativa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Para discutir a mensagem de veto, por 20 minutos o deputado Elmar Nascimento. (Pausa.)

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem.

A Sra. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado

Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Gostaria de solicitar de V.Ex^a uma verificação de quórum.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputada Kelly Magalhães.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Nobre presidente, solicito que seja zerado o painel para a contagem dos 15 minutos regimentais, para que todos os deputados possam comparecer e marcar suas presenças.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a também será atendida.

Sras. e Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum pelo deputado Leur Lomanto Junior, endossado pela deputada Kelly Magalhães para continuidade da presente sessão. Solicito que V.Ex^{as} adentrem ao plenário para que seja restabelecido o quórum para continuidade da presente sessão.

Peço ao técnico para zerar o painel, por gentileza, e marcar 15 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Gostaria de solicitar aos Srs. Deputados que se encontram na Casa para que venham ao plenário para dar quórum de permanência da presente sessão. Estamos no regime de discussão de uma matéria que trata da proibição de bebidas alcoólicas.

Os deputados que estão no cafezinho, nos corredores, no saguão, na biblioteca da Casa, nos seus gabinetes, temos aproximadamente menos de 14 minutos e precisamos dos Srs. Deputados aqui, dando a frequência, principalmente os deputados que estão neste momento no restaurante.

Chamo a atenção da Sr^a Presidente para o fato de que o deputado Elmar Nascimento foi chamado por duas vezes, portanto, não cabe mais chamá-lo para utilizar a palavra. Foi chamado por duas vezes seguidas, e foi registrada a sua ausência.

Até agora só temos 8 deputados presentes no plenário. Precisamos contabilizá-los.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Srs. Deputados, existe o pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Leur Lomanto Junior, endossado pela deputada Kelly Magalhães, para continuidade da presente sessão. Solicito de V.Ex^{as} que estão no cafezinho, que estão no restaurante, que estão nos gabinetes que adentrem neste Plenário para a continuidade da presente sessão.

(Continua a verificação de quórum para a continuidade da sessão.)

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr^a Presidente, vou retirar a minha questão de

ordem, pois estou vendo a agonia do deputado Zé Neto. A Oposição está querendo contribuir com V.Ex^a, por isso retiro a questão de ordem de verificação de quórum.

A Sr. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido.

Em votação o veto...

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo assume a presidência da sessão)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, a votação é secreta. O veto só pode ser rejeitado por maioria absoluta.

Deputado Bruno Reis, como V.Ex^a recomenda à Bancada da Oposição?

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, a Bancada está liberada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como recomenda a sua Bancada, deputado Zé Neto?

O Sr. Zé Neto:- Recomendo votar “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quem quer manter o veto do governador vota “sim”, quem quer derrubar vota “não”.

A Oposição liberou o voto.

O Sr. Bruno Reis:- A Oposição liberou. Cada deputado vota com a sua consciência.

O Sr. Zé Neto:- Gostaria que V.Ex^a explicasse qual é o veto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O veto é do projeto do deputado João Bonfim, que versa sobre a comercialização das bebidas nos estádios.

O Sr. Zé Neto:- Exatamente. Como não há relatoria, peço a V.Ex^a que explique qual foi o veto, para que os deputados tomem conhecimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Veja bem, o relator não está aqui...

O Sr. Zé Raimundo:- O relator está aqui, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O relator foi o deputado Zé Raimundo?

O Sr. Zé Raimundo:- Foi, “sim”. V.Ex^a não me viu?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a poderia explicar o veto para os deputados?

Me desculpe. Não me lembrei que o relator tinha sido V.Ex^a. Pensei que o relator tinha sido o deputado João Bonfim. Peço desculpas a V.Ex^a. O deputado João Bonfim foi o relator. Eu fiz uma pequena confusão.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Zé Raimundo, pelo jeito, também não sabe.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres deputados, Sr^{as} Deputadas, na verdade, Sr. Presidente, o veto do governador, como já foi aludido por alguns deputados, é com relação ao dispositivo que estabelecia uma diferença: na arquibancada poderia se comercializar bebidas com 20% de teor alcoólico e no camarote o limite era de 43%. Além disso, o projeto original atribuía à Sudesb o poder para fiscalizar o que não da sua competência. Finalmente, o terceiro item é que a multa para os infratores estava codificada em Ufir.

Corretamente, o governador equiparou o percentual, tirando os 20% da arquibancada e deixando a comercialização no conjunto do estádio com 43% de teor

alcoólico. Em seguida tirou da Sudesb o poder fiscalizador, porque isso caberia a um órgão administrativo, de caráter fiscal. O governador indicará o órgão que fará a fiscalização. Mas deixou em aberto a questão da UFIR.

O Sr. Paulo Azi:- Um aparte, deputado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Considerando que mantém o espírito do projeto que é garantir investimentos privados...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Uma pergunta para V.Ex^a, o governador vetou quantos artigos?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Está no projeto. Ele vetou três dispositivos.

Eu acompanho o veto do governador.

Concedo um aparte ao nobre deputado Paulo Azi.

O Sr. João Bonfim:- Um aparte, deputado.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Zé Raimundo, apenas para esclarecer ao Plenário a questão do veto.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Inciso III, do Artigo 2º.

O Sr. Paulo Azi:- Pelo que li na imprensa, não tive oportunidade de ler o parecer de V.Ex^a, o veto do governador é uma espécie de liberou geral. Antes, existia uma limitação para determinados tipos de bebida alcoólica.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Nas arquibancadas era permitida a venda de bebidas com 20% de teor alcoólico e 43% no camarote.

O Sr. Paulo Azi:- Havia algo em relação ao teor de álcool.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- É isso.

O Sr. Paulo Azi:- Isso também foi liberado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Na verdade o vetor do governador foi em relação ao inciso III, que dizia que na arquibancada só poderia ser comercializada bebida com até 20% de teor alcoólico.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Zé Raimundo, só para esclarecer. No projeto original – o deputado João Bonfim pode nos ajudar – existia uma limitação de tempo para que as pessoas pudessem consumir a bebida. Se não me engano, 30 minutos antes do jogo encerrava-se a venda de bebidas. Isso se mantém ou foi vetado pelo governador?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Só foi vetado o inciso III.

O Sr. Paulo Azi:- Então isso se mantém?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Só o teor alcoólico.

O Sr. Paulo Azi:- Então, hoje, qualquer bebida...

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Qualquer bebida não. A lei brasileira estabelece... Absinto, por exemplo, você não pode comercializar. O absinto é 55% de teor de álcool.

O Sr. Paulo Azi:- Então o veto foi limitado à questão do teor alcoólico?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Quarenta e três por cento.

O Sr. Paulo Azi:- O veto foi só em relação ao teor alcoólico?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Não! Ao órgão fiscalizador, que não é a Sudesb.

O Sr. Paulo Azi:- Quem é? Não indica.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Não indica.

Não é Sudesb porque a Sudesb é uma superintendência para o desenvolvimento do esporte, e não para fiscalizar teor alcoólico.

O Sr. Paulo Azi:- Sim!

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- E a multa em UFIR.

O Sr. Paulo Azi:- Com relação à limitação do horário de venda, não houve alteração.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Não entrou na questão do veto.

Concedo um a parte ao nobre deputado João Bonfim.

O Sr. João Bonfim:- Deputado Zé Raimundo, essa matéria foi aprovada por esta Casa sob a relatoria do nobre deputado Elmar Nascimento. O projeto original foi da relatoria do deputado Elmar Nascimento. Nós apresentamos, como emenda de relator, algumas modificações no projeto original e cometemos alguns equívocos. O governador observando algumas dificuldades que o projeto apresentava, vetou. Uma delas foi essa questão da venda de bebida com um determinado teor alcoólico nos espaços reservados e um outro teor alcoólico nos espaços ampliados, nas arquibancadas. O governador entendeu que teria que ser de acordo com a legislação brasileira, que permite a venda de bebida alcoólica até 43°. Então, vetou e modificou. Ficou mantida até 43°, que era o que colocávamos para, tão somente, os espaços reservados, mas liberou geral, como V.Ex^a diz, igualou.

A outra questão que havíamos colocado aqui, que aqueles que estivessem vendendo, os concessionários do serviço, se cometessem alguma infração seriam punidos. Colocamos as punições em Ufir, que é uma referência que não existe mais, é um padrão que foi extinto por lei federal. Então, o governador vetou.

A outra questão é que nós atribuímos à Sudesb o poder de fiscalizar a correta aplicação dessa lei. O governador entendeu, também, que não compete à Sudesb fiscalizar, porque ela não tem poder de polícia. Ele vetou esse artigo de nossa lei.

Então foram esses os vetos do governador, e nós entendemos. Eu, como autor da matéria, acho que o deputado Elmar Nascimento e o deputado Zé Raimundo, que foi o relator dessa matéria na Comissão de Constituição e Justiça, concordam plenamente que os vetos são viáveis e necessários para que a lei fique enquadrada dentro da legislação brasileira.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é quanto à forma de votação dos vetos. Na verdade, o governador apresentou três vetos. A ponderação que faço aqui, para não prejudicar os vetos, é que a questão da Sudesb seja votada separadamente dos vetos relacionados à regulamentação da bebida. Por

quê? Porque se eu votei contra a venda de bebida alcoólica... Não só eu, vários aqui votaram contra a venda, uma grande parte. Se votar geral...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a quer que os três sejam votados separadamente?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pelo menos um deles.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Carlos está consultando o Regimento para ver se é possível.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Porque se não for assim, quem é contra a venda de bebida vai ficar prejudicado no veto, entendeu?

Eu concordo com o veto da Sudesb, acho que ele está corretíssimo. Agora eu, que sou contrário à venda de bebida alcoólica, como é que eu vou me manifestar nos outros? Se eu votar no pacote, vou ter que votar contra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou consultar o artigo.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, conversando, aqui, com o Líder da Maioria, e como os votos foram vencidos nessa tese, nós, que votamos contrariamente, são cinco deputados, vamos abster-nos nessa votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, V.Ex^{as} votarão todos juntos?

Tudo bem, vamos votar todos juntos, então.

Quem quer manter os vetos do governador, vota Sim; quem quer derrubar os vetos do governador, vota Não.

A Oposição libera os seus parlamentares.

O deputado Zé Neto recomenda votar o Sim.

A votação é secreta.

Em votação.

(É realizada a votação secreta, com chamada nominal.)

Srs. Deputados, eu gostaria da atenção de V.Ex^{as}. Quando terminar a sessão aqui, eu gostaria de que todos os deputados fossem à Presidência para termos uma conversa administrativa.

Portanto, Srs. Deputados, terminando, aqui, a última votação, vamos todos ao gabinete, para conversarmos.

Encerrada a votação.

Resultado. Aprovados os vetos do governador com 42 votos Sim, cinco abstenções e zero Não.

Portanto, foram mantidos os vetos do Sr. Governador Jaques Wagner.
(Publicado no DL em 25/03/2014)

Próximo projeto.

Projeto nº 20.733/2014, de procedência do Poder do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 20.733/2014

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, operação de crédito externo até o limite de US\$200.000.000 (duzentos milhões de dólares americanos), observadas as condições e as exigências dos órgãos federais encarregados da análise econômico-financeira para fins de operação de crédito e da concessão da garantia da União.

Parágrafo único - Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo destinam-se ao financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 3º - As garantias e contragarantias a serem oferecidas para o cumprimento do disposto nesta Lei serão constituídas, durante o prazo de vigência do respectivo contrato, de parcelas necessárias e suficientes, das cotas de repartição constitucional das receitas tributárias de que o Estado é titular, na forma dos arts. 157 e 159, completadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faltam os pareceres das comissões de Constituição e Justiça, Saúde e Saneamento, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para relatar a matéria, designo o

deputado Adolfo Menezes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes, para relatar a matéria.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- (Lê) “*Projeto de Lei nº 20.733/2014*

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - *Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, operação de crédito externo até o limite de US\$200.000.000 (duzentos milhões de dólares americanos), observadas as condições e as exigências dos órgãos federais encarregados da análise econômico-financeira para fins de operação de crédito e da concessão da garantia da União.*

Parágrafo único - *Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo destinam-se ao financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS.*

Art. 2º - *Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.*

Art. 3º - *As garantias e contragarantias a serem oferecidas para o cumprimento do disposto nesta Lei serão constituídas, durante o prazo de vigência do respectivo contrato, de parcelas necessárias e suficientes, das cotas de repartição constitucional das receitas tributárias de que o Estado é titular, na forma dos arts. 157 e 159, completadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como outras garantias em direito admitidas.*

Art. 4º - *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”*

Este projeto é legal e constitucional. Sou pela sua aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Alguém pediu questão de ordem? (Pausa). Em votação o parecer do deputado Adolfo Menezes no âmbito das Comissões.

Com a palavra o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, quero pedir a V.Ex^a que proceda a uma verificação de quórum no âmbito das Comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Verificação de quórum no âmbito das Comissões. (Pausa.)

Há quórum.

Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado por unanimidade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- para discutir, deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eis que o governo do Estado da Bahia, pede mais um empréstimo, desta feita, pede cerca de 200 milhões. É tanto dinheiro! O governo pede US\$ 200 milhões! É dinheiro, não é meu irmão?! Operação de crédito!

Eu gostaria de saber do deputado Zé Neto: esses US\$ 200 milhões, essa montanha de dinheiro será aplicado onde?

O Sr. Zé Neto:- Na Região Metropolitana de Salvador.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Estou sem os óculos de leitura, mas V.Ex^a poderia ajudar, informar se esse recursos...

O Sr. Zé Neto:- Boa parte será aplicada na Região Metropolitana de Salvador e no fortalecimento do SUS, pois Salvador é a terceira maior cidade do Brasil.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Deputado Zé Neto, V.Ex^a ainda não disse quanto vai para Feira de Santana. É isto que eu quero saber: quanto vai para Feira?

Deputado Zé Neto, use o microfone e responda: quanto vai para Feira de Santana?

O Sr. Zé Neto:- Esses recursos são para a Região Metropolitana de Salvador, para o SUS.

O Sr. CARLOS GEILSON:- E para Região Metropolitana de Feira de Santana?

O Sr. Zé Neto:- Para Feira de Santana, existe um outro projeto para o SUS que atinge o interior. E aí vem também...

O Sr. CARLOS GEILSON:- V.Ex^a pode dizer quanto vai ser para Feira de Santana? Quando, V.Ex^a pode dizer?

O Sr. Zé Neto:- Ah, isso aí eu não sei, Excelência. Mas estou dizendo que esse aí é um projeto antigo que agora foi o liberado, e os recursos estão chegando agora pelo PROSUS.

O Sr. CARLOS GEILSON:- US\$ 200 milhões! E para a Região Metropolitana de Feira de Santana não vai um real, uma “merreca” sequer. Mesmo assim, acho que o projeto deva ser aprovado, não é deputado Luciano Simões?

O Sr. Luciano Simões:- É, mas queremos saber quanto vai para Feira de Santana.

O Sr. CARLOS GEILSON:- É, a minha posição é essa. Para Feira de Santana não vai um real, e lá tem a Região Metropolitana, que o governo não normaliza, não regulamenta, não normatiza e não manda sequer um real para Feira de Santana. Então, o deputado Zé Neto tentou explicar, todos ouviram. Muito bem. Feira de Santana foi esquecida mais uma vez por esse governo.

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Pois não, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Carlos Geilson, informe-me, por favor, quanto foi para minha querida Alagoinhas, para o Hospital Dantas Bião, que está necessitando de recursos para ampliação, para reforma. V.Ex^a podia dar uma olhada para me informar?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Alagoinhas também foi esquecida. Alagoinhas

tem o Hospital Dantas Bião, é um hospital importante naquela cidade. Feira de Santana foi esquecida.

Chego, às vezes, deputado Zé Neto, a me perguntar: por que este governo não gosta de Feira de Santana? Lá, temos o Hospital Geral Clériston Andrade funcionando com dificuldades. Lá, temos a saúde pública deficitária. Lá, a segurança pública é um caos.

Fico feliz que Salvador e Região Metropolitana vão ser contempladas. Mas nós não podemos nos esquecer de que a Bahia não é apenas a Região Metropolitana de Salvador. É importante? Sim. Por isso, essas regiões devem ter um tratamento diferenciado? Acredito que sim.

Mas não posso entender que a nossa querida cidade de Jequié possa ser esquecida. Esta cidade traz para esta Casa dois importantes deputados como Euclides Fernandes e Leur Lomanto. Esta cidade não pode ser esquecida. Vitória da Conquista tem o deputado José Raimundo e, também, é esquecida. Camaçari é uma cidade bem aquinhoadada, uma cidade onde se fatura muito e é uma cidade que recebe muitos recursos. Mas, também, Camaçari não pode ser esquecida.

Vejam, aqui esta notícia: (Lê) “Médicos da Maternidade do Roberto Santos entram em greve nesta quinta-feira.” Deputado Paulo Azi, parece que o problema será resolvido. Fala-se, agora, em US\$ 200 milhões.

Então, vou me posicionar e aguardar a orientação da bancada.

Mas vamos votar favorável a esses dois projetos.

Vejam, não queremos, aqui, a máxima de quanto pior, melhor para nós. Queremos recursos. Queremos que a Região Metropolitana de Salvador funcione bem. Queremos que haja investimentos. Mas o que nós estamos abordamos é que 200 milhões serão investidos na Região Metropolitana de Salvador sem que seja destinado um realzinho, sequer, para a Região Metropolitana de Feira de Santana.

Isso nos dá a certeza e a plena convicção dos fatos. Nós falamos, aqui, diversas vezes que o governo, nunca, foi simpático à Região Metropolitana de Feira de Santana, pois foi um a região criada à fôrceps, na força, no trabalho, na pressão.

O deputado Arimatéia lembra bem daquela sessão memorável e histórica em Feira de Santana à época da Assembleia Itinerante. Aliás, a região metropolitana foi criada e, na verdade, está no papel, pois não deslança. O deputado Zé Neto chegou a fazer, em Feira de Santana, uma audiência pública. Levou representantes do governo. E não saiu disso. Está no papel. Não sai do papel. E a Região Metropolitana de Feira não acontece.

Vamos ficar contra recursos para a região de Salvador? Não. Os recursos são importantes. Nós queremos desenvolvimento. Queremos Salvador como a cidade importante, melhor, a terceira capital do País. Queremos que a Região Metropolitana de Salvador se desenvolve e que tenha recursos.

Mas não podemos nos esquecer das outras regiões do Estado, pois são tão importantes quanto Salvador.

Portanto esta é a nossa mensagem: o governo do Estado deve muito à Bahia. E a Bahia não é apenas Salvador. A Bahia é composta por 417 municípios que, também,

devem ter um olhar carinhoso deste governo que, ao que parece, tem tratado uma boa parte deste Estado com desdém e fazendo pouco caso, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para discutir, com a palavra o deputado João Carlos Bacelar.

(Pausa.)

Na ausência do deputado João Carlos Bacelar, com a palavra o deputado Luciano Simões.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Deputados Adolfo Menezes e Paulo Rangel, venho pedir, à Bancada de Oposição, para não fazer obstrução a esses dois projetos, quais sejam, o Prosus e o projeto dos médicos.

Todas as pesquisas feitas, hoje, pelo PMDB, no Estado da Bahia, revelam que o maior problema, apontado por cerca 40% da população, é em relação à saúde.

Creio que os dois projetos são interessantes para comunidade baiana: tanto este projeto como o que incorpora gratificações e vantagens aos médicos.

Deve-se criticar pelo seguinte. Quem mora no interior do Estado – os deputados votados no interior – sabem que os municípios, sedes de regiões, deveriam estar aqui incluídos.

Quem está doente em Araçás, Sátiro Dias e Inhambupe vai para Alagoinhas. Quem está doente em Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Sobradinho vai para Juazeiro, em primeira avaliação. Quem está em Itiúba e Saúde vai para Senhor do Bonfim. Quem está em São Desidério, região de Barreiras, Luís Eduardo vai para Barreiras.

Por que não incluir, nessa captação também, as sedes das regiões administrativas?

Tenho, apenas, a lamentar, neste Prosus, para a captação de recursos, o fato de não se incluir as sedes das microrregiões do Estado da Bahia.

Vou votar favorável aos dois projetos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, para discutir, o deputado Bruno Reis.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, galerias, os que nos ouvem e nos assistem através da *TV Assembleia*, ao longo desses 8 anos do governo Wagner, já são R\$ 14 bilhões em operações de créditos autorizados por esta Casa. Agora, vem mais este projeto de US\$ 200 milhões, portanto, mais de R\$ 500 milhões.

Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, a Oposição votará a favor desta operação de crédito por dois motivos, nobre deputado Roberto Carlos.

Quanto ao primeiro motivo, apesar de desconfiar que esses recursos serão realmente aplicados na saúde, até porque constantemente o governo vem, nobre deputado Paulo Rangel, utilizando-se dos recursos dessas operações de crédito para bancar o custeio; mas, neste caso, mesmo desconfiando que está aqui na mensagem

informando que será utilizado para o Prosus – o Programa de Fortalecimento do SUS – a Oposição votará favorável. A Oposição, mesmo desconfiando, votará a favor. A Oposição não votará contra a saúde.

Sabem qual é o segundo motivo, nobres deputados e deputadas? Sabem qual é o segundo motivo, deputada Ivana Bastos? O segundo motivo é que quanto a esses R\$ 500 milhões, quem vai utilizar é o nosso governador que será o próximo governador eleito nas próximas eleições de outubro.

Em primeiro lugar, a Oposição não ficará contra a saúde.

Em segundo lugar, quem ira utilizar esses recursos aqui? Seremos nós, nos próximos anos, para fazer uma saúde melhor para a Bahia.

É por isso que a Oposição votará a favor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei nº 20.733/2014, de procedência do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito na forma que indica e dá outras providências.

Em votação.

Os Srs. Deputados que votam favoravelmente permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 20.749/2014, de procedência do Poder Executivo, o qual acresce à Lei nº 12.822, de 04 de julho de 2013, o art. 25-A, na forma que indica.

PROJETO DE LEI Nº20.749/2014

Acresce à Lei nº 12.822, de 04 de julho de 2013, o art. 25-A, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei nº12.822, de 04 de julho de 2013, passa a vigorar acrescida do art. 25-A, com a seguinte redação:

“Art. 25-A - Para os servidores pertencentes às carreiras de Médico e Regulador da Assistência em Saúde que tenham percebido adicional pelo exercício de atividade insalubre pelo período de 05 (cinco) anos consecutivos ou 10 (dez)

interpolados completados na data da edição desta Lei e que estejam recebendo a respectiva vantagem na data do ato concessório da aposentadoria, será garantida a preservação do valor nominal respectivo, na ocasião da fixação dos proventos.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Saúde e Saneamento, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para relatar, a deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em primeiro lugar quero agradecer ao governador Jaques Wagner por este aumento aos médicos realmente cabível, porque abaixo de Deus quem salva o povo são os médicos e as médicas. E sabemos do sofrimento, do baixo salário que têm esses profissionais, principalmente os que atendem pelo SUS. Mas sabemos também que este é um aumento significativo. Oxalá pudesse ser até uma percentagem maior! Porém quero só agradecer a S.Ex^a e fico feliz em relatar este projeto.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Saúde e Saneamento, Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho, ao projeto de lei nº 20.749/2014, de autoria do Poder Executivo, o qual 'acresce à Lei nº 12.822, de 04 de julho de 2013, o art. 25-A, na forma que indica.'"*

Propõe o Exmo. Sr. Governador do Estado, através do projeto que ora passo a relatar, alterações à Lei nº 12.822/2013 ao acrescentar o art. 25-A ao diploma legal.

O Poder Executivo tem como objetivo assegurar que 'Para os servidores pertencentes às carreiras de Médico e Regulador da Assistência em Saúde que tenham percebido adicional pelo exercício de atividade insalubre pelo período de 05 (cinco) anos consecutivos ou 10 (dez) interpolados completados na data da edição desta Lei e que estejam recebendo a respectiva vantagem na data do ato concessório da aposentadoria, será garantida a preservação do valor nominal respectivo, na ocasião da fixação dos proventos.'

Trata-se, portanto, de medida de governo no sentido de estimular a atividade destes profissionais, bem como ratificar o compromisso da administração pública com a política de valorização dos servidores públicos, além de não gerar qualquer acréscimo à despesa de pessoal.

Ademais, o referido projeto não recebeu emendas.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade com as disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação

na forma original.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, 25 de marco de 2014.

Deputada Maria Luiza Laudano – Relatora.”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Em votação o parecer da relatora Maria Luiza Laudano no âmbito das Comissões. Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em discussão o projeto de lei nº 20.749/2014, que acresce à Lei nº 12.822, de 04 de julho de 2013, o art. 25-A, na forma que indica.

Para discutir. (Pausa.) Não há discussão.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado à unanimidade.

(Lê) “*Requerimento nº 8.125/2014.*

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Requeiro, nos termos do art 174, inciso II, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, URGENCIA para a tramitação do Projeto de Lei no 20.757/14, de autoria do Poder Executivo, que 'Altera dispositivos da Lei no 9.281, de 07 de outubro de 2004, que estabelece a distribuição dos recursos financeiros de que trata o art. 204 da Constituição do Estado da Bahia'.

Sala das Sessões, 25 de marco de 2014.

Deputado Zé Neto - Líder do Governo e da Maioria.”

Em votação o requerimento nº 8125/2014.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum de votação.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Exª será atendido.

Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, gostaria que V.Exª zerasse o painel e desse os 25 minutos regulamentares para que possamos ter a certeza de que, efetivamente, contamos com o quórum necessário para aprovação dessa matéria.

Quero aproveitar e convocar todos os deputados que se encontram no cafezinho, no restaurante, nos gabinetes a se fazerem presentes já que existe uma questão de ordem solicitada pelo deputado Elmar que pede uma verificação de quórum de votação.

Portanto, Exª, gostaria de mais convocar todos os deputados a se fazerem presentes pois temos que ter presentes neste recinto 32 Srs. Deputados. Então peço que zere o painel e dê os 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Exª será atendido. Por favor, zere o

painel.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum de votação. Srs. Deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes e em outras dependências desta Casa, existe um pedido de verificação de quórum de votação.

(Os Srs. Deputados marcam as presenças.)

Já existe quórum.

Em votação o requerimento nº 8125/2014.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (pausa)
Aprovado em Plenário com os votos contra dos deputados Bruno Reis, Pedro, Elmar, Augusto Coronel Santana, Adolfo Viana e Leur. Portanto, aprovado.

O outro requerimento é o de nº 8.126/2014.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pela ordem o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- O presidente Marcelo Nilo acatou uma questão de ordem nossa e mandou arquivar esse requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Requerimento nº 8.126/2014, (Lê):
“Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Requeiro nos termos do art. 174, inciso II, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, URGÊNCIA para a tramitação do projeto de Lei nº 20.767/14, de autoria do Poder Executivo, que “Reajusta os vencimentos, subsídios, soldos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas, proventos e pensões da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, na forma que indica, e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 25 de março de 2014.

Deputado Zé Neto. Líder do Governo e da Maioria.”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para encaminhar a votação o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Presidente, a aprovação desse requerimento consolida, de forma definitiva, de vez, o Partido dos Trabalhadores como o Partido dos traidores dos trabalhadores brasileiros, sobretudo os servidores públicos do Estado da Bahia. Aprovar em regime de urgência, sem qualquer tipo de discussão, um aumento de 2%, deputado Yulo, 2% para os servidores públicos do Estado da Bahia, é uma vergonha, depõe contra a história do Partido dos Trabalhadores.

Nós tínhamos uma data base em janeiro, se passam janeiro, fevereiro e março, porque não dá mais para aplicar aumento nenhum em março, se falar em aumento de 2%, quando sequer corrige a inflação do mesmo período, uma inflação que beira a casa dos 14% aqui em Salvador, deputado Marcelino Galo, assistir deputados do Partido dos Trabalhadores aprovarem um aumento, aumento não, reajuste de 2% para os servidores públicos do Estado é uma vergonha. E a Oposição tem que se colocar contra para que a gente não tenha condição de votar isso agora, e possa ver se chega alguma luz.

Não é possível, o incremento da receita do ano passado para cá, a última

explicação do secretário da Fazenda vai na casa de quase 10% de incremento de receita de 2013 com os mesmos meses. Se pegar o primeiro trimestre de 2013, comparar com o primeiro trimestre de 2014 e a evolução da receita do Estado com IPVA, com as blitzs que tiveram é uma vergonha o aumento que estão querendo dar para os servidores públicos do Estado da Bahia.

Nós não podemos, vou votar porque não querem que tenha debate, porque vem na base a insatisfação, compram os pelegos dos sindicatos que deveriam estar aqui protestando. É inadmissível que se vote um aumento salarial de 2%, com três meses de atraso e os sindicatos não se mobilizam. Esses sindicatos não representam os trabalhadores do serviço público do Estado da Bahia. O que estão fazendo é um crime contra os servidores públicos do nosso Estado.

E a Oposição encaminha no sentido de votar contra esse requerimento de urgência. Tem que ser na urgência, tem que votar na calada, tem que votar envergonhado, escondido. Eu quero ver com que cara, deputado Paulo Azi, infelizmente ou felizmente nós não estaremos mais nesta Assembleia, mas o ano que vem, no nosso governo, o PT vai ter coragem de vir a esta tribuna protestar e falar de reajuste salarial de servidor público, depois desse massacre que estão fazendo contra os funcionários públicos do Estado da Bahia.

Acabou a história do Partido dos Trabalhadores, mais nunca, nunca mais eles vão ter a legitimidade de fazer Oposição, nunca mais eles vão ter legitimidade de pedir aumento de salário de servidor, nunca mais eles vão ter o direito de entrar no sindicato. Perderam legitimidade, perderam o direito de falar de salário de trabalhador.

No ano que vem estarão aqui sem se penitenciar, vão passar óleo de peroba na cara e virão aqui perguntar de aumento de salário. Vão chegar aqui para o próximo governador e perguntar pelo aumento, vão falar em aumento de salário e eles não têm esse direito.

Os deputados que vão ficar aqui na Assembleia Legislativa, deputado Carlos Geilson, que compõem a nossa base de oposição, hoje, virão aqui de peito lavado e alma aberta, aumento depois do massacre que vocês fizeram ao longo dos 4 anos contra os servidores públicos. Vocês vão ter coragem de falar em aumento?

Eu vou assistir aqui o futuro Líder da oposição, a partir de fevereiro de 2015, deputado Zé Neto, bradando, pedindo aumento e pedindo recomposição salarial. Vou estar em Brasília, mas vou fazer questão de vir aqui visitar esta Casa sentadinho ali como ex-deputado estadual e olhar para a cara do meu amigo deputado Zé Neto.

Chega vai espumar, como fazia antigamente. Vai dizer que não pode fazer isso com o servidor público. Já acabou, deputado Zé Neto. Os discursos de V.Ex^a, os atos, as atitudes e os votos vão tirar qualquer legitimidade de reivindicar. Nenhum servidor público desse Estado, no seu pior pesadelo, imaginou o governo do PT encaminhar uma proposta de reajuste salarial de 2% e ainda querer fazer isso em regime de urgência.

Encaminho para votar contra esta vergonha dessa urgência de dar 2% de aumento salarial aos servidores públicos do Estado da Bahia. Nunca se massacrrou

tanto o servidor como o PT massacra os servidores públicos do nosso Estado.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Encerrado o encaminhamento.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam...

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente. Peço a V. Ex^a uma verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- De novo, deputado?

O Sr. Zé Neto:- Já tinha começado o processo de votação...

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, eu requeri quórum de votação de outro requerimento. Se votar 50, tem que votar quórum de votação de 50 aqui. Querem votar sem quórum?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a será atendido.

Zere o painel. Existe um pedido de verificação de quórum de votação. Os Srs. Deputados marquem as presenças.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, queria convocar os deputados da Base de Governo, principalmente, para se fazerem presentes de forma imediata, porque temos uma reunião, ainda, com o Presidente da Casa e temos esse projeto para ser votado. Precisamos aqui de 32 Srs. Deputados. Então, os deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes, por gentileza se façam presentes aqui no Plenário.

Era essa a questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum de votação. (O Sr. Presidente faz a chamada dos Srs. Deputados).

Já existe quórum.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.). Aprovado o Requerimento 8.126/14.

Srs. Deputados, não esqueçam a reunião no gabinete do presidente, logo após esta sessão. Todos deverão estar presentes.

Há sobre a mesa o Requerimento 8.127/14: (Lê) “*Exmº Sr. Presidente*
REQUERIMENTO Nº 8.127/2014.

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Requeiro, nos termos do art. 147, inciso II, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 20.768/14, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a estrutura remuneratória dos cargos efetivos, cargos em comissão, funções comissionadas e gratificadas, da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, na forma que indica, e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 25 de março de 2014.”

Em votação o Requerimento 8.127/14. Os Srs. Deputados que o aprovam

permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado à unanimidade.

Não havendo mais matéria constante da Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*